

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**Isabella Carolina Pongelupe Assis**

**CURADORIA E PRESERVAÇÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE O PORTAL  
BRASILIANA FOTOGRÁFICA**

Belo Horizonte

2024

**Isabella Carolina Pongelupe Assis**

**CURADORIA E PRESERVAÇÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE O PORTAL  
BRASILIANA FOTOGRÁFICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

**Linha de pesquisa:** Memória social, patrimônio e produção do conhecimento.

**Orientadora:** Prof. Dra. Lorena Tavares de Paula.

Belo Horizonte

2024

A848c

Assis, Isabella Carolina Pongelupe.

Curadoria e preservação digital [recurso eletrônico] : um estudo sobre o portal Brasileira Fotográfica / Isabella Carolina Pongelupe Assis . - 2024.

1 recurso eletrônico (85 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Lorena Tavares de Paula.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 79-84.

Apêndice: f. 85.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Curadoria digital – Teses. 3. Preservação digital – Teses. 4. Patrimônio cultural – Teses. I. Paula, Lorena Tavares de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 025.4.03

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira - CRB: 6/2742

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 14:00 horas do dia 26 de abril de 2024, UFMG/ECI - sala 1000, realizou-se a sessão pública para a defesa da Dissertação de ISABELLA CAROLINA PONGELUPE ASSIS, número de registro 2022658153. A presidência da sessão coube a Profa. Lorena Tavares de Paula - Orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Profa. Terezinha de Fátima Carvalho de Souza (ECI/UFMG), Dra. Rosana Matos da Silva Trivelato (Biblioteca Nacional e Faculdade Única), Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira (ECI/UFMG) e Profa. Lorena Tavares de Paula - orientadora (ECI/UFMG). Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua dissertação de mestrado, intitulada: "*Curadoria e preservação digital: um estudo sobre o portal brasileira fotográfica*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar **aprovada a dissertação de mestrado**. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, e aprovada, foi assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 09/05/2024, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Terezinha de Fatima Carvalho de Souza, Professora do Magistério Superior**, em 09/05/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Matos da Silva Trivellato, Usuária Externa**, em 10/05/2024, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 13/05/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3173910** e o código CRC **8B10BF1C**.

---

---

Referência: Processo nº 23072.221080/2024-72

SEI nº 3173910

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, por me dar forças e me guiar em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus pais, Carmen Lúcia de Cássia Pongelupe Assis e Ananias Manoel de Assis, por serem tudo na minha vida, minha força, inspiração, bondade e fonte incondicional de amor. Todas as minhas conquistas são dedicadas a vocês e está não poderia ser diferente. As minhas irmãs, Jéssica e Lorena, pela amizade, companheirismo e força. Ao meu amado sobrinho Bento Henrique, obrigada pela sua alegria e bondade.

À minha querida orientadora Prof<sup>ª</sup> Dra. Lorena Tavares de Paula, pela confiança, dedicação, orientação, atenção e cuidado. Obrigada pelos ensinamentos valiosos, pela sua força e firmeza que me conduziu em todo este processo.

À banca examinadora, composta pela Prof<sup>ª</sup> Dra. Terezinha de Fátima Carvalho de Souza, o Prof<sup>º</sup> Dr. Fabricio José Nascimento da Silveira e a Prof<sup>ª</sup> Dra. Rosana Matos da Silva Trivelato, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições valiosas, tanto na qualificação como na defesa.

Aos professores e colegas do PPGCI pelos conhecimentos compartilhados, pela caminhada, pelas experiencias compartilhadas. À FAPEMIG por ter me concebido a bolsa de formação.

Também agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, pelas oportunidades de formação que me abriram portas fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional.

A todos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, pela ajuda e acolhimento em todo o percurso acadêmico. Obrigada de coração!

## RESUMO

A pesquisa se caracteriza através de uma abordagem qualitativa, definida como estudo observável para fins de conhecimento, descrevendo estrutura e funcionamento. Ela possui uma abordagem documental através de livros, artigos, sites e bases de dados. Também, foi realizada uma análise estruturada sobre o portal Brasileira Fotográfica. Por fim, foram aplicadas entrevistas aos curadores responsáveis pela seleção e organização das fotografias com a finalidade de compreender o processo de curadoria e preservação neste ambiente virtual. Para além disso, propõe-se no final diretrizes convictas para o estabelecimento de uma política de preservação digital em pró da memória nacional. A indagação surge através da relação entre a curadoria e a preservação digital, neste sentido, a pesquisa buscou responder: **Como é estabelecido o processo de curadoria e de preservação digital no portal Brasileira Fotográfica?** A partir desse questionamento, definiu-se como objetivo geral: compreender o processo de curadoria e de preservação digital no portal Brasileira Fotográfica como mecanismo mediador do acesso a acervos da memória nacional. E como objetivos específicos: conceituar curadoria e preservação digital através de uma revisão bibliográfica no campo da Ciência da Informação; identificar elementos pertinentes à preservação digital, estabelecido na Brasileira Fotográfica; evidenciar a política de preservação digital que norteia o portal; evidenciar a política de preservação de informações característico à Curadoria Digital na Biblioteca Nacional e suas interlocuções com a memória nacional. Do ponto de vista teórico a pesquisa traçou um apanhado cronológico sobre a terminologia da curadoria digital baseando-se nos autores Beagrie (2004), Abbott (2008) e Lee e Tibbo (2011). Também se apresenta a Preservação Digital a partir do autor Arellano (2008). Destacou-se as conceituações sobre patrimônio, utilizando-se os autores Nora (1993), Gonçalves (2009); Palma Peña (2010); Silveira e Moura (2016); Caldeira (2017), ainda, optou-se por construir um panorama histórico da Biblioteca Nacional do Brasil, neste sentido, utilizou-se os autores Schwarcz (2002); Juvêncio (2021) e Caldeira (2018). Os resultados evidenciaram que a Brasileira Fotográfica não possui uma Política de Preservação Digital consolidada e que a atividade de preservar as fotografias é feita de modo individual por cada uma das instituições parceiras. Foi evidenciado também, que algumas dessas instituições desenvolveram sua própria política de preservação e outras não, desta forma preservam as imagens da forma que acreditam ser mais eficaz, como por exemplo, a terceirização de uma empresa parceira que fornece vários HDs externos para o armazenamento do material.

**Palavras-chave:** Curadoria Digital. Preservação Digital. Biblioteca Nacional. Brasileira Fotográfica. Patrimônio.

## ABSTRACT

The research is characterized by a qualitative approach, defined as an observable study for knowledge purposes, describing structure and functioning. It has a documentary approach through books, articles, websites and databases. Also, a structured analysis was carried out on the *Brasiliana Fotográfico* portal. Finally, interviews were conducted with the curators responsible for selecting and organizing the photographs in order to understand the curation and preservation process in this virtual environment. Furthermore, at the end, it proposes clear guidelines for the establishment of a digital preservation policy in favor of national memory. The question arises through the relationship between curation and digital preservation, in this sense, the research sought to answer: **How is the process of curation and digital preservation established on the *Brasiliana Fotológica* portal?** Based on this question, the general objective was defined as: understanding the process of curation and digital preservation on the *Brasiliana Fotológica* portal as a mediating mechanism for access to national memory collections. And as specific objectives: conceptualize curation and digital preservation through a bibliographic review in the field of Information Science; identify elements relevant to digital preservation, established in *Brasiliana Fotográfico*; highlight the digital preservation policy that guides the portal; highlight the information preservation policy characteristic of Digital Curation at the National Library and its dialogues with national memory. From a theoretical point of view, the research outlined a chronological overview of the terminology of digital curation based on the authors Beagrie (2004), Abbott (2008) and Lee and Tibbo (2011). Digital Preservation is also presented from the author Arellano (2008). Conceptualizations about heritage were highlighted, using the authors Nora (1993), Gonçalves (2009); Palma Peña (2010); Silveira and Moura (2016); Caldeira (2017), also, we chose to build a historical overview of the National Library of Brazil, in this sense, the authors Schwarcz (2002) were used; Juvêncio (2021) and Caldeira (2018). The results showed that *Brasiliana Fotográfico* does not have a consolidated Digital Preservation Policy and that the activity of preserving photographs is carried out individually by each of the partner institutions. It was also evidenced that some of these institutions developed their own preservation policy and others did not, thus preserving the images in the way they believe to be most effective, such as outsourcing to a partner company that provides several external HDs for storing the material.

**Keywords:** Digital Curation. Digital Preservation. National Library. *Brasiliana Fotografica*. Patrimony.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Definições para Curadoria Digital .....	38
Figura 2	Modelo OAIS.....	45
Figura 3	Ciclo de vida da Curadoria Digital.....;	47
Figura 4	Interface da Brasileira Fotográfica em WordPress.....	55
Figura 5	Interface da Brasileira Fotográfica em WordPress.....	55
Figura 6	Taxonomias no ambiente virtual.....	56
Figura 7	Filtro de publicações recentes.....	56
Figura 8	Filtro de categorias.....	57
Figura 9	Filtro de palavras-chave.....	57
Figura 10	Interface da Brasileira Fotográfica em Dspace.....	58
Figura 11	Grande hotel de Goiânia.....	59
Figura 12	Vista Aérea de Caxambu.....	60

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cronologia da Biblioteca Nacional.....	22
Quadro 2	Métodos de preservação digital: quadro comparativo.....	43
Quadro 3	Ações no ciclo de vida.....	48
Quadro 4	Cronologia de iniciativas Brasileiras no Brasil.....	51
Quadro 5	Instruções para as imagens.....	61
Quadro 6	Estratégias e Políticas de Preservação Digital da Casa Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Biblioteca Nacional e Museu da República.....	68
Quadro 7	Descrição das estratégias de preservação da da Casa Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Biblioteca Nacional e Museu da República.....	71

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALA	American Library Association
BDNB	Biblioteca Digital Nacional do Brasil
BN	Biblioteca Nacional
BND	Biblioteca Nacional Digital
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CIP	Cataloguing in Publication
DCC	Digital Curation Center
EAD	Encoded Archival Description
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IMS	Instituto Moreira Salles
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISBN	International Standard Book Number
ISMN	International Standard Music Number
ISSN	International Standard Serial Number
MODS	Metadata Object Description Schema
OAI-PMH	Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting
OAIS	Open Archival Information System
PLANO	Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros
PORBASE	Base Nacional de Dados Bibliográficos
RNOD	Registro Nacional de Objetos Digitais
SGML	Standard Generalized Markup Language
TEI	Text Encoding Initiative
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	13
1.2 Justificativa.....	14
1.3 Estrutura da Dissertação.....	15
2 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL CULTURAL .....	16
2.1 A Biblioteca Nacional.....	21
2.2 A Biblioteca Nacional Digital .....	31
3 CURADORIA DIGITAL.....	34
3.1 Curadoria Digital: Gênese Conceitual.....	34
3.2 Curadoria Digital: Política de Preservação Digital.....	41
3.3 Ciclo de vida da Curadoria Digital.....	46
3.4 Portal de Curadoria Digital Brasileira Fotográfica.....	49
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	53
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	54
5.1 Análise da estrutura de Curadoria Digital do portal Brasileira.....	54
5.2 Curadoria do Portal Brasileira: memória e patrimônio nacional.....	61
5.2.1 Entrevistas.....	61
6 ANÁLISE ESTRUTURADA PARA A PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL EM PRÓ DA MEMÓRIA NACIONAL .....	74
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
8 REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	85

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as questões relacionadas à Curadoria vêm ganhando maior visibilidade e destaque em diversas áreas do conhecimento. Dessa maneira, em linhas gerais, curadoria digital é o termo utilizado para designar ações necessárias para manter os dados de pesquisas em ambientes virtuais ativos, assegurando e preservando sua integridade durante o seu ciclo de vida para que gerações futuras possam acessá-las posteriormente.

A preservação digital é uma etapa importante no ciclo de vida de objetos digitais, necessitando de constantes investimentos estruturais. Neste momento o conteúdo passa por ações curatoriais a fim de manter a sua autenticidade.

Ao analisar tendências de portais de Curadoria em coleções de Bibliotecas Nacionais observa-se a expansão de objetos colecionados que enriquecem o acervo, facilitando o acesso, uso e reuso da informação. Esses documentos são preservados ao longo dos anos mantendo sua história e memória.

Neste sentido, podemos destacar o portal em estudo, intitulado “Brasíliana Fotográfica” que se configura como um ambiente de Curadoria e está disponibilizado no site da BNDigital.

Deve-se esclarecer que as bibliotecas nacionais são instituições que atuam na salvaguarda do patrimônio bibliográfico documental produzido pela nação. Seus acervos crescem a partir da lei de Depósito Legal e tendem a se expandir cada vez mais, contribuindo para a construção da memória.

Além disso, o entendimento da fotografia como documento histórico traz desafios aos técnicos e pesquisadores que atuam na organização e na conservação de acervos fotográficos.

Nesta perspectiva, a pesquisa fundamenta-se na relação entre curadoria digital, a preservação digital e suas mediações tecnológicas e humanas. A partir dessa relação, apresenta-se o problema: **Como é estabelecido o processo de curadoria e de preservação digital no portal Brasília Fotográfica?**

### 1.1 Objetivos

Como objetivo geral, definiu-se: compreender o processo de curadoria e de preservação digital no portal Brasília Fotográfica como mecanismo mediador do acesso a acervos da memória nacional.

Os objetivos específicos apresentam-se:

- a) Conceituar a curadoria digital e preservação digital através de uma revisão bibliográfica no campo da Ciência da Informação;
- b) Identificar elementos pertinentes à Curadoria digital, estabelecido no portal de Curadoria Digital Brasileira Fotográfica;
- c) Evidenciar a política de preservação digital que norteia o portal de curadoria digital Brasileira Fotográfica
- d) Descrever uma possível política de preservação de informações inerentes à Curadoria Digital na Biblioteca Nacional e suas interlocuções com a memória nacional.

## 1.2 Justificativa

A presente investigação está vinculada à Ciência da Informação (CI) sobre a interface da memória e da cultura para a preservação de informações em ambientes digitais. Além disso, os processos de preservação digital proporcionam meios para o desenvolvimento da memória individual, coletiva, social e institucional, uma vez que as Bibliotecas Nacionais são consideradas espaços de transformação social que facilitam a construção do conhecimento.

Para tratar da abordagem da Curadoria Digital no campo da Ciência da Informação se fez necessário uma fundamentação teórica e epistemológica. Deste modo, retoma a discussão acerca da importância do trabalho preservacionista da Biblioteca Nacional do Brasil<sup>1</sup>. Ainda assim, amplifica a compreensão sobre os processos de curadoria digital em coleções de memória, temática relevante para a Ciência da Informação.

Por fim, a pesquisa justifica-se pela experiência adquirida na iniciação à docência ainda na graduação, através de uma disciplina optativa lecionada para o curso de graduação em

---

<sup>1</sup> Ressalta-se que a Biblioteca Nacional em questão trata-se da biblioteca localizada na cidade do Rio de Janeiro e não da Biblioteca Nacional localizada na cidade de Brasília. A título de conhecimento propõe-se diferenciar cada uma delas. A Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) é uma instituição localizada na capital do Brasil, Brasília. Ela foi criada em 1960, com o objetivo de preservar e disseminar o patrimônio bibliográfico e cultural do Distrito Federal e da região. Algumas de suas especificidades e funcionalidades incluem: foco regional; preservação do patrimônio regional; atividades culturais e educativas. Já a Biblioteca Nacional do Brasil (BN) é considerada a biblioteca mais antiga do Brasil. Suas funcionalidades e especificidades, incluem: acervo nacional; depósito legal; pesquisa e difusão e referência nacional e internacional. Portanto, a principal diferença entre a Biblioteca Nacional de Brasília e a Biblioteca Nacional do Brasil está em seu escopo e função. Enquanto a BN de Brasília tem um enfoque regional, preservando e promovendo a cultura do Distrito Federal e da região Centro-Oeste, a BN do Brasil tem uma responsabilidade nacional, atuando como guardião do patrimônio bibliográfico e cultural de todo o país.

Biblioteconomia que permitiu aprimoramento do conhecimento acerca da Curadoria e Preservação Digital.

### **1.3 Estrutura da Dissertação**

O conteúdo textual desta dissertação está dividido em seis seções conforme as descrições apresentadas abaixo:

A primeira seção refere-se à introdução do tema, à problematização, os objetivos e a justificativa da pesquisa.

Em sequência, apresenta-se o referencial teórico sobre Patrimônio Documental Cultural A Biblioteca Nacional e a Biblioteca Nacional Digital, apresentando sua cronologia e sua importância como lugar de memória e símbolo da nação.

Logo após, o referencial teórico sobre a Curadoria Digital, a Preservação Digital e a descrição do portal estudado, a Brasileira Fotográfica.

Além disso, os procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização teórico-empírica do trabalho, como também, à análise dos dados, discussão e interpretação dos resultados.

Por fim, apresenta-se diretrizes para o desenvolvimento de uma Política de Preservação Digital em pró da memória nacional na Brasileira Fotográfica.

## 2 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL CULTURAL

De acordo com Palma Peña (2010) o patrimônio cultural é constituído por um conjunto de expressões culturais, artísticas, científicas e tecnológicas, entre outras, desenvolvidas histórica e contemporaneamente para contribuir com o desenvolvimento das sociedades. Fazem parte do patrimônio cultural as manifestações impressas e documentais, que são testemunhos do pensamento das sociedades, relevantes tanto pela sua capacidade de transmissão de conhecimentos como por possuírem particularidades valiosas.

Neste sentido, o conceito base de patrimônio refere-se ao "conjunto de bens que uma pessoa herdou dos seus antepassados [...] o seu sentido etimológico permite evocar não só os bens que constituem o patrimônio cultural e natural de uma nação, mas também que tais bens têm sido habitualmente transmitidos de geração em geração dentro dessa nação" (Brañes, 1993, p. 395). Salienta-se que o patrimônio se refere aos bens herdados, históricos, culturais e naturais produzidos em qualquer nação.

O patrimônio sempre se constitui como um campo de disputas e de produção de narrativas ideológicas. A definição do que constitui patrimônio é um processo complexo que envolve várias entidades e é moldada por diversos interesses. Quem define o que é patrimônio geralmente são instituições internacionais, governos nacionais ou comunidades locais, como por exemplo, a UNESCO, legislações, regulamentações ou comunidades e grupos étnicos.

O principal objetivo do patrimônio é preservar a história e a cultura de um determinado grupo ou comunidade, educar e conscientizar valorizando e preservando a diversidade cultural. E em alguns casos está vinculado ou interesse turístico e econômico.

A definição e preservação do patrimônio cultural pode ser vista como uma arena de disputa entre diferentes interesses. Enquanto a preservação do patrimônio é fundamental para a manutenção da diversidade cultural e da memória histórica, também é importante reconhecer que as escolhas sobre o que preservar e como fazê-lo são frequentemente influenciadas por interesses econômicos, políticos e sociais.

A crítica principal reside no fato de que nem todas as vozes são igualmente representadas nos processos de decisão. Comunidades locais e grupos marginalizados podem não ter o mesmo nível de influência que governos ou instituições internacionais. Além disso, o foco no turismo e nos benefícios econômicos pode, por vezes, levar a uma comercialização da cultura, que pode distorcer ou simplificar tradições culturais complexas.

A definição de patrimônio é uma tarefa multifacetada, que serve a uma variedade de objetivos e interesses. Embora a preservação do patrimônio cultural e natural tenha muitos benefícios, é crucial abordar essa questão com uma visão crítica, reconhecendo as dinâmicas de poder e os possíveis impactos negativos sobre as comunidades envolvidas.

Neste cenário, observa-se a perspectiva decolonial<sup>2</sup> sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural que traz uma abordagem crítica ao modo como a herança cultural é entendida, valorizada e preservada, destacando as influências coloniais que muitas vezes moldam essas práticas.

Os conceitos gerais brevemente revistos reforçam as ideias de que o patrimônio cultural da humanidade é uma construção histórica (Florescano, 1993, p. 10). Entretanto, é necessário entender que para determinar o valor e a importância do patrimônio não basta considerar os eventos ocorridos, é necessário, também considerar as tendências culturais atuais e futuras com base no dinamismo com que os elementos culturais do patrimônio atualmente constituídos (Palma Peña, 2010).

Neste sentido, entende-se que as conceituações e discussões acerca do patrimônio documental bibliográfico partiram das conceituais e debates anteriores referentes ao patrimônio cultural “os conceitos sobre patrimônio cultural fornecem a base para determinar quais manifestações bibliográficas e documentais possuem elementos culturais significativos a serem determinados como patrimônio bibliográfico da humanidade” (Palma Peña, 2010, p. 40).

A conceituação de patrimônio bibliográfico e documental, embora não tenha sido tratada de forma geral, foi analisada em particular. O Programa Memória do Mundo, afirma que o patrimônio bibliográfico e documental é aquele: “que se encontra nas bibliotecas e nos arquivos, que constitui parte fundamental dessa memória (do mundo) e que reflete a diversidade dos povos, de línguas e culturas” (Abdelaziz, 1998, p. 5).

As manifestações bibliográficas e documentais podem ser consideradas objetos úteis que fazem parte do patrimônio cultural. Com base em suas particularidades significativas, livros

---

<sup>2</sup> A decolonialidade questiona as narrativas dominantes que surgiram durante e após o período colonial e que continuam a influenciar a forma como o patrimônio é preservado. Ela propõe uma reavaliação dos critérios e processos utilizados para determinar o que é considerado patrimônio cultural. A perspectiva decolonial sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural oferece uma crítica necessária às práticas e narrativas hegemônicas que têm dominado o campo. Ela propõe uma abordagem mais inclusiva e equitativa, que valoriza a diversidade cultural e respeita a autonomia das comunidades locais. Ao desafiar os legados coloniais e promover práticas de preservação mais justas, a decolonialidade busca restaurar a dignidade e a integridade cultural dos povos marginalizados.

e documentos podem ser classificados como patrimônio intelectual, material, gráfico, social e patrimônio histórico (Escamilla, 1995, p. 87), entre outros critérios de classificação.

Ao mesmo tempo, existem critérios acordados por organizações internacionais para determinar quais materiais bibliográficos e documentais fazem parte do patrimônio cultural, especialmente quais estão em perigo de desaparecimento. Um desses critérios é o do Programa Memória do Mundo, segundo o qual, para que os documentos sejam considerados patrimônio, devem ser relevantes por sua influência, pelo período e lugar a que pertencem, porque descrevem a vida e trabalho de uma pessoa importante.; ou, por tratar uma questão ou tema com forma e estilo, ou com valor excepcional, seja social, cultural ou espiritual (Abdelaziz, 1998, p. 16-17)

Na perspectiva de Palma Peña (2010) o patrimônio documental bibliográfico são:

Expressões artísticas, históricas, culturais, folclóricas, educacionais, intelectuais e científicas, entre outras, que foram produzidas para atestar o desenvolvimento das sociedades e que, por sua vez, foram objetivadas em manuscritos, impressos, meios audiovisuais, documentos eletrônicos e outros tipos com o objetivo de armazenar, transmitir, preservar, conservar, comunicar e disseminar o somatório de conhecimentos contidos nessas manifestações (Palma Peña, 2010, p.41).

Ainda, de acordo com Palma Peña (2013) o patrimônio documental bibliográfico no século XXI é valioso pois proporciona à sociedade identidade e consciência.

Bem como fortalece a diversidade cultural da sociedade, com base no significado que as expressões produzidas pelas culturas do mundo. A formação em valores - como processo cultural e educacional- poder de usar e salvaguardar a diversidade cultural e as expressões produzidas pelo sociedades, bem como promover que os cidadãos construam conhecimentos humanísticos significativos, consolidar suas identidades nacionais, conscientizar-se, entre outros aspectos. Na biblioteconomia, a ligação entre os valores, valores sociais e patrimoniais se destaca —em princípio— por ajudar a determinar o significado das expressões informativo, pois essas manifestações estão sujeitas a estudo dessa disciplina, e também porque as bibliotecas, ao promoverem ações de sensibilização, preservação, conservação, educação e divulgação da memória documental, apoio ao progresso humanístico e social (Palma Peña, 2013, p. 34).

O principal objetivo do patrimônio documental bibliográfico é armazenar, transmitir, preservar, comunicar e disseminar a soma de conhecimento que eles contêm” (Palma Peña, 2013, p. 34).

Sendo assim, a importância do patrimônio documental bibliográfico consiste na relevância de um determinado documento, para Palma Peña (2010):

Combina a relevância de todas as manifestações, tanto internas quanto externas. Para determinar a importância do patrimônio bibliográfico e documental, um conjunto de valores sociais que foram desenvolvidos pelas culturas desde tempos imemoriais, bem como alguns valores promovidos nos espaços educativos, com base em um consenso coletivo. O valor refere-se à construção mental que instrui o indivíduo ou grupo sobre a importância de certo conjunto de manifestações e representações que a humanidade tem produzido, e em termos gerais, a significância é determinada com valores que dão sentido à vida. Para patrimônio documental, valores sociais poderão promover o seguinte: ampliar a compreensão do passado da humanidade, permitir a compreensão do presente e elucidar o futuro, construir identidade, proteger as raízes culturais e aumentar a conscientização (Palma Peña, 2013, p. 34).

Palma Peña (2010) ressalta, ainda, que mesmo que o patrimônio documental bibliográfico seja tratado nas esferas públicas e privadas, necessita-se ainda de proteção legal para sua preservação.

Mesmo quando o patrimônio bibliográfico e documental já foi tratado nos âmbitos público e acadêmico, diversas tarefas permanecem por realizar para conhecê-lo, identificá-lo, valorizá-lo, organizá-lo e divulgá-lo, bem como protegê-lo legalmente e educá-lo nesse sentido. Refira-se que, dada a importância e os contributos para a sociedade do patrimônio bibliográfico e documental, e para que este seja protegido da mesma forma que os bens móveis e imóveis, é necessário que a proteção legal seja incluída nas agendas culturais nacionais e estrangeiras (Palma Peña, 2010, p. 43).

Na perspectiva de Palma Peña (2010) a legislação mundial sobre patrimônio cultural dá pouca atenção ao patrimônio bibliográfico e documental, limita-se a avaliar a história do patrimônio, mas não delimita o que o compõe e para quem é relevante, daí sua complexidade e subjetividade.

Ao considerar que as ações de preservação e conservação do patrimônio cultural são amplas e complexas (Olivé, 1995; Vázquez, 1995, p. 3), não tendo ainda sido possível regular e unificar critérios nesta matéria, podemos concluir que o tratamento do patrimônio bibliográfico e documental representa subjetividades culturais, educativas e legislativas.

Ao perpetuar por tais subjetividades, é necessário que o legislador cultural reveja o conceito de patrimônio cultural e de patrimônio documental de forma a uniformizar, atualizar e integrar ambos os patrimônios na legislação, de forma a que sejam tão protegidos quanto

possível, bens móveis e imóveis, uma vez que, além de útil ao público, o património documental também merece reconhecimento e proteção legal. (Meneses, 2005, p. 4)

De acordo com Palma Peña (2010) para alcançar tal legislação é necessário demonstrar e reconhecer a importância do património documental bibliográfico na construção da identidade nacional.

Para alcançar a homogeneidade patrimonial em matéria jurídica, é necessário que as legislações culturais nacionais reconheçam que o património bibliográfico e documental, bem como os centros de informação, por exemplo os bibliotecários, contribuem significativamente para a identidade nacional, a construção de sociedades informadas, a democratização da informação e a proteção do património, entre outras questões (Palma Peña, 2010, p. 47).

Um instrumento que pode ser utilizado para alcançar a homogeneidade patrimonial em material jurídico é a educação, essencial e útil para proteger, socializar, transmitir, divulgar e preservar o património cultural, bibliográfico e documental. Neste sentido, Meneses (2005, p. 3) sinaliza que “é necessário desenvolver e incluir nos sistemas de ensino uma educação sobre património de forma a formar e informar cidadãos”.

Neste sentido, educar os cidadãos sobre o património possibilita elementos para fazerem usos das expressões culturais para diferentes fins e contribuiria para o desenvolvimento da sociedade. Ao se tratar de bibliotecas, a Associação Internacional de Bibliotecas da Federação (IFLA) estabelece que “os seres humanos têm o direito fundamental de ter acesso às expressões do conhecimento, pensamento criativo e atividade intelectual” (Ifla/Faife, 2009).

Dessa maneira, alinhada ao conceito de educação da ONU, a IFLA sugere entrelaçar elementos educativos e informativos para apoiar e sustentar propósitos culturais com processos de formação e informação, neste caso sobre património bibliográfico e documental. Assim sendo, uma das bases que sustenta a abordagem de educação sobre o património documental (Palma Peña, 2012, p. 130) é que o processo educativo promove a formação de consciência histórica (García, 2001, p.8) nos cidadãos.

Sendo assim, de acordo com Palma Peña (2010)

É importante salientar que, para estabelecer uma educação patrimonial, será fundamental que os sistemas educativos nacionais e internacionais desenvolvam currículos baseados na cultura, na história, no património e na contemporaneidade. Tal formação, que consiste na construção de conhecimentos significativos sobre o património, é considerada como um processo no qual devem convergir os fundamentos teóricos e empíricos de

áreas do conhecimento humanístico como a sociologia, a cultura, a política, entre outras. Tem como principal objetivo formar, de forma informada e racional, indivíduos com sentido nacionalista do patrimônio e com atitudes sólidas para o utilizar e salvaguardar (Palma Peña, 2010, p. 49).

Na abordagem educacional, de acordo com Palma Peña (2010) o patrimônio documental, podem ser auxiliados nos processos de assimilação e acomodação conceitual, bem como o de promover a conscientização, compreensão e valorização de conteúdos teóricos com perspectivas construtivistas e pragmáticas.

Portanto, conclui-se, que na educação formal e não formal, o patrimônio bibliográfico e documental e as bibliotecas são os principais elementos para a construção histórico-cultural da sociedade atual e do processo educativo sobre o patrimônio. Portanto, na medida em que aspectos multidisciplinares e atividades de informação empírica se cruzam perpendicularmente, os cidadãos poderão desenvolver sólidas construções cognitivas sobre o conjunto do patrimônio documental. Neste sentido, optou-se por detalhar a cronologia da Biblioteca Nacional, por ser uma das importantes instituições de preservação do patrimônio nacional.

## **2.1 A Biblioteca Nacional**

A Biblioteca Real, que atualmente é denominada Biblioteca Nacional, não se iniciou em 1808 com a chegada da família real no Brasil, ela se constituiu muito antes, em meados do século XIV. Era um costume de todos os reinos de Portugal reunirem obras e livros no Palácio, como sinônimo de força e poder. Esta tradição foi nomeada como “Tradição dos livros ajuntados do paço” no reinado de D. João II que manteve os costumes de seus antecessores para os seus sucessores. Porém, com o terremoto acometido a cidade de Lisboa, em 1755, a Biblioteca foi destruída e diversos esforços foram significativos para sua reconstrução. Muitas coleções foram recebidas por doações ou adquiridas por compras.

A Biblioteca Nacional é considerada um importante lugar de memória nacional pois preserva a cultura, história e conhecimento da nação. Além disso, disponibiliza diversos serviços e coleções patrimoniais<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Podemos destacar as principais coleções patrimoniais, são eles: Livros Raros, Manuscritos, Mapas e Cartografias, Periódicos e Jornais, Fotografias e Iconografias, Música e Som e Obras Gerais. Já, os serviços que Biblioteca Nacional oferece são variados, são eles: Serviço de Referência, Empréstimo de Obras, Digitalização e Acesso Online, Conservação e Restauro, Exposição e Eventos Culturais, Publicações e Pesquisas.

Muitos acontecimentos foram importantes para o desenvolvimento da Biblioteca que conhecemos hoje, neste sentido, esta seção buscou apresentar um apanhado de fatos desde os primórdios até a atualidade. Apresenta-se, a seguir, a cronologia da Biblioteca Nacional.

**Quadro 1 - Cronologia da Biblioteca Nacional**

ANO	ACONTECIMENTOS
1385-1495	Tradição dos livros ajuntados do paço surgiu no reinado de D. João II (1477-1495), que reuniu livros nos reinados anteriores aos seus, D. João I (1385-1433) e D. Duarte (1433-1438). Esta tradição seguiu em todos os reinados, colecionando verdadeiras preciosidades e assim, desenvolvendo os acervos da Real Biblioteca.
1706-1750	Foi no reinado de D. João V “que a Real Biblioteca adquiriu proporções grandiosas, à altura das aspirações do soberano que, por meio do teatro da política, pretendia construir de forma espetacular o absolutismo real” (Schwarcz, 2002, p. 32). Neste mesmo período, em 1724, as gravuras tornaram-se a maior preciosidade da Real Biblioteca.
1755	O terremoto em Lisboa destruiu diversos monumentos, inclusive a Real Biblioteca.
1756	No ano seguinte ao terremoto, a Real Biblioteca recebeu esforços para sua reconstrução no Palácio da Ajuda, duas iniciativas foram sinalizadas, a reconstrução da Real Biblioteca e a Real Biblioteca Pública, que emergia de forma autônoma com os livros que o Tribunal do Santo Ofício em Portugal <sup>4</sup> proibida nos acervos da Real Biblioteca. No mesmo ano, a Real Biblioteca recebeu diversas coleções através de doações. Mas, destaca-se a de maior expressividade, a do abade Diogo Barbosa Machado <sup>5</sup> . Neste cenário, uma segunda coleção era desenvolvida juntamente com a

(continua)

<sup>4</sup> O Tribunal do Santo Ofício em Portugal foi fundado em 1536 e tinha como objetivo sujeitarem os livros a passarem pela censura eclesiástica, ou seja, nenhuma obra chegava ao público sem a aprovação de um “qualificador inquisitorial”. Sendo assim, todos os livros eram passados por uma revista prévia pelos inquisidores antes de serem expostos nas prateleiras. Essa ação tinha como principal objetivo controlar a expansão religiosa, principalmente a protestante e a luterana. Com isso, diversos livros foram retirados das prateleiras e proibidos de circulação, muitos foram queimados. “Dizia-se, na época, que a leitura tirava o juízo e que a censura era necessária para evitar a satanização das almas, que com os livros nas mãos, se afastaram da fé cristã” (Schwarcz, 2002, p. 136). Essa ação permaneceu em vigor até o ano de 1768, porém, mesmo retidos, alguns livros não saíram totalmente de circulação e ficaram disponíveis para consulta de teólogos, peritos e doutores, por exemplo.

<sup>5</sup> Diogo Barbosa Machado (1724 - 1814), religioso da Ordem Terceira da Penitência e que possuía importância cultural evidente. Foi dele a maior parte da coleção adquirida para compor a nova Livraria Real após a catástrofe. Ao contrário de várias bibliotecas, a livraria de Diogo Barbosa Machado não sofreu danos com o terremoto, desta forma atuou como plano para a recuperação da biblioteca. Com isso, após muitas negociações, o abade vendeu sua coleção por uma pensão vitalícia de 600 mil-réis anual à Real Biblioteca da Ajuda. A coleção de Diogo Barbosa Machado era composta por folhetos, retratos e mapas, referentes aos séculos XVI, XVII e XVIII. Dotado de práticas como a correspondência com homens do saber, o interesse pela história e a pátria e, principalmente, o colecionismo, possibilitaram que o abade criasse uma coleção pessoal robusta. Em 1720, foi nomeado pelo rei D. João V, membro da recém fundada Academia Real de História, instituição interessada em escrever a história do reino português e promover as glórias de Portugal para toda a Europa. A coleção pessoal do abade era composta por objetos históricos, precisamente da história de Portugal. Não era do interesse de Barbosa Machado colecionar instrumentos científicos ou objetos relacionados ao mundo físico, mas por documentos referentes ao passado de Portugal, “por imagens de homens valorosos desse passado e por mapas dos territórios portugueses” (Caldeira, 2017, p. 32). Desse modo, “a coleção de Diogo Barbosa Machado era composta por 2.039 imagens, 3.134 folhetos e 138 mapas rigorosamente organizados segundo a classificação do abade” (Caldeira, 2017, p. 33). É importante ressaltar que o abade recebeu uma pensão vitalícia de 600 mil réis anual pela venda da sua coleção pessoal à Real Biblioteca.

	Real Biblioteca. Recebeu o nome de Biblioteca do Infantado e era composta por uma série de livros destinados à educação de jovens príncipes e futuros dirigentes da nação. “Nela se guardavam os compêndios de história e de geografia, os primeiros livros de ciência, gramáticas e outras tantas obras que ajudariam na educação dos herdeiros reais” (Schwarcz, 2002, p. 149).
1777	D. Maria I, sucessora de D. José I, transferiu a responsabilidade do Santo Ofício da Inquisição para a Mesa do Desembargador Pombal, tal decreto estabelecia que à Igreja teria o papel de censurar os livros de assuntos religiosos e ao supremo poder temporal o direito de interdição sobre as outras obras <sup>6</sup> . Além disso, ocorreu a substituição da Real Mesa Censória, responsável pela análise de obras que concediam ou não a sua circulação, pela Comissão Geral para o Exame e a Censura de Livros, que mantinham as mesmas atividades da anterior. No reinado de D. Maria I, emerge também a Real Biblioteca Pública <sup>7</sup> .
1797	A Real Biblioteca Pública abriu as portas ao público pela primeira vez. <sup>8</sup>
1797-1803	A Real Biblioteca apresentava muitos problemas de infraestrutura e iluminação. Poucas salas e estantes para abrigar os livros, pouco espaço para transitar, baixa iluminação, falta de limpeza no acervo, entre outras queixas por parte dos funcionários. Além disso, era pouco frequentada pelo público, o que não era uma realidade da Biblioteca Pública da Corte, que exibia uma estátua da rainha D. Maria I, como forma de homenagem e de referência a sua fundadora.
	Foi com a criação da Lei de Depósito Legal que os acervos das bibliotecas desenvolveram-se com mais intensidade. Essa lei tornou obrigatório nas tipografias portuguesas o depósito dos documentos produzidos. Era considerada uma prática de propina, pouco controle e bons resultados, pois a Real Biblioteca e a Biblioteca Pública recebiam exemplares dobrados e ociosos. Além disso, a Real Biblioteca mantinha-se aos custos dos beneplácitos <sup>9</sup> do príncipe regente. Com isso, sua situação consolidava-se tornando-se uma livraria volumosa. Porém, muitos livros encontravam-se em lamentável situação de conservação. Com isso, o hábito de recorrer aos livros foi se firmando, e as bibliotecas ganhando lugares de destaque nas buscas pelos estrangeiros que se encontravam em Lisboa. Porém, com a situação política de Portugal, os momentos de glória da biblioteca ficaram para trás. “A situação política do país, no âmbito internacional, era tensa e os novos planos internos não saíram do papel”(Schwarcz, 2002, p. 180).
1807-1808	A guerra estava próxima não havia espaço para adquirir-se novos livros ou classificar os antigos ou pensar em uma política de acervos culturais “lá estavam as duas Livrarias - a Real, com sua coleção preciosa e preservada para poucos; a

(continua)

<sup>6</sup>Essa mudança de poder ocasionou diferença na política cultural, afetando a Real Biblioteca. Durante a administração de Pombal, a biblioteca fez parte dos planos estratégicos do ministro, com a virada de poder, ela parecia estar mais centrada no reinado de D. Maria I. Com a reconstrução da biblioteca alguns aspectos são evidenciados com mais fervor. Em primeiro lugar percebe-se a vinculação ainda mais precisa de D. José I a história da biblioteca, ocultando o Marquês de Pombal dessa vinculação e a retirada de livros de outros estabelecimentos com o objetivo de melhorar e ampliar o acervo da biblioteca.

<sup>7</sup>No reinado de D. Maria I, surge a Biblioteca Pública da corte, ou Biblioteca Pública Real, de maneira autônoma e distinta da Livraria Real. Assumiu um papel diverso em função pública e estava mais aberta aos interesses do Estado e da população letrada. O modelo seguia a experiência da biblioteca em Coimbra. Era centrada na corte de Lisboa apresentando um cenário de ostentação da realeza. A nova biblioteca distinguia-se da instalada no Paço da Ajuda.

<sup>8</sup>Esse fato desencadeou duas reações imediatas. Em primeiro lugar o prestígio da instituição e as atenções da rainha tiveram correspondência direta com a ascensão de Ribeiro dos Santos e o predomínio da Pública. Em segundo lugar, o impacto da criação dessa biblioteca teve decorrências imediatas nos destinos da Real Biblioteca da Ajuda, que, nessa comparação, surgia mais diminuta do que antes (Schwarcz, 2002, p. 172).

<sup>9</sup>Expressão utilizada para designar o consentimento do monarca ou príncipe regente.

	Pública, bem fornecida pelos livros censurados nos tempos da Real Mesa Censória <sup>10</sup> , aumentada pela propina” (Schwarcz, 2002, p. 180). Com a pressão francesa a corte portuguesa parte para o Brasil <sup>11</sup> levando parte da sua Real Biblioteca acumulada em centenas de caixotes.
1808	No dia 22 de janeiro de 1808, D. João, a família real e a sua comitiva desembarcaram no Brasil, em Salvador, que foi por muitos anos sede do governo da América Lusitana e a maior do Vice-Reino. Em terra firme, D. João instalou-se com a família real em terras brasileiras. Também, neste mesmo ano inaugura-se o museu de etnografia “compostas de peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais” (Schwarcz, 2002, p.257). E a Real Biblioteca, que com a viagem “às pressas” deixou metade dos seus acervos no porto de Portugal <sup>12</sup> .
1810	Com o fracasso das invasões napoleônicas o ritmo do encaixotamento de obras da Real Biblioteca e da Biblioteca do Infantado diminuíram e o seu envio para o Brasil foi adiado. Em 1810, a primeira leva de caixotes com os documentos das duas bibliotecas (do infantado e da ajuda) partiram, em parte, para o Brasil, acompanhada por José Joaquim de Oliveira, servente da Real Biblioteca que trazia manuscritos da coroa e uma coleção de 6 mil códices. “Era a primeira leva que partia em segredo, como se os livros e documentos carregassem simbolicamente muitas vitórias, vários triunfos e tantas conquistas” (Schwarcz, 2002, p. 266). No mesmo ano, a biblioteca foi aberta para pessoas estudiosas.
1811	Com a tentativa de invasão e ocupação francesa em Portugal, foram decretadas ordens para embargar arquivos da Casa Real e as Bibliotecas Públicas e Régias. Neste sentido, observa-se que “D. João tinha pressa e queria juntar todos os seus acervos na América; agora era a vez de a Biblioteca Publica partir, assim como as demais obras que restavam na Ajuda” (Schwarcz, 2002, p. 268) <sup>13</sup> .

(continua)

<sup>10</sup> Extinta em 17 de dezembro de 1794.

<sup>11</sup> Para compreender as razões pela qual a monarquia portuguesa parte para sua colônia é importante entender os movimentos que antecederam a fuga. Primeiramente, em 1776, parte das colônias inglesas na América do Norte conquistaram a sua independência política, formando os Estados Unidos, esse fato, promoveu autonomia a uma colonial e desencadearia a outras colônias o desejo de libertação. Em segundo lugar, em 1780, a Revolução Industrial Inglesa desencadeou um surto econômico industrializado, a produção de manufaturas acelerou-se e com elas regras do comércio despencaram. Por fim, em terceiro lugar, em 1789, com a Revolução Francesa, um movimento liberal ganhou relevância e destronou a coroa francesa, com a morte de Luís XVI, em 1793. Esses três acontecimentos, juntamente com a ameaça de invasão de Napoleão Bonaparte, foram decisivos para a partida da família real para o Brasil, movidos pelo medo e pela insegurança. Ressalta-se que a mudança para o Brasil não era uma novidade “o traslado da Família Real para essa colônia pairava como uma possibilidade acalentada havia tempo e sempre ventilava nos momentos em que a realeza portuguesa se sentia ameaçada” (Schwarcz, 2002, p. 194).

<sup>12</sup> Entre as pratarias, jóias, louças, livros, mapas, moedas, documentos de Estado e outros bens de valor que se conseguiu juntar nos navios que deixaram Lisboa em novembro de 1807, não constava uma remessa importante: os caixotes de livros, documentos, gravuras e outras preciosidades da Real Biblioteca. Na pressa, acabaram ficando abandonados no porto, e lá permaneceram, debaixo de sol e chuva, até retornar ao Palácio da Ajuda. Enquanto isso, D. João, em meio a tantos contratemplos, só tomaria conhecimento do infortúnio algum tempo após sua chegada ao Rio de Janeiro (Schwarcz, 2002, p. 262).

<sup>13</sup> O certo é que, apesar de prontos, na última hora os arquivos e acervos restantes, da Real Biblioteca Pública, jamais saíram de Portugal. Mais uma vez, somente os livros da Real Biblioteca da Ajuda estavam preparados para partir, e a segunda remessa deixaria Lisboa em março de 1811. Veio com o ajudante de bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, na fragata *Princesa Carlota*, que aportou no Rio de Janeiro em junho [...] A transferência da Biblioteca se completaria em setembro daquele ano, com a remessa dos últimos 87 caixotes de livros que tinham ficado em Portugal e que foram embarcados na charrua *S. João Magnânimo*, sob a guarda do servente José Lopes Saraiva. Aos 230 caixotes de livros, vindos nas duas viagens anteriores, já desembalados e limpos, somavam-se

1811-1813	A Real Biblioteca foi instalada na Ordem Terceira do Carmo, que mudaria o hospital para outro local contíguo. E, inicialmente a Livraria seria alocada nas salas do andar superior do hospital, até então ocupado pelas enfermarias. [...] Meses depois de escolhido o local para abrigar a Real Biblioteca, vendo que as instalações selecionadas não tinham luz e cômodos necessários a um estabelecimento dessa natureza, D. João determinou que a da livraria deveria ser decentemente acomodada debaixo da antiga capela da Paixão de Cristo, da Ordem Terceira do Carmo.[...] No entanto, em dezembro de 1812, à medida que iam se abrindo os caixotes de livros, viu-se que o andar superior do hospital era definitivamente exíguo, e por aviso régio a Real Biblioteca iria se entender para o térreo, para onde tinha passado a enfermaria. O prédio estava todo ocupado pela Real Biblioteca, que podia finalmente orgulhar-se de ter sede e endereço próprios. (Schwarcz, 2002, p. 274-275). O acervo da Real Biblioteca não parava de crescer, com doações e coleções adquiridas através de compras, fato que adiava ainda mais a abertura para um público maior.
1811	Foi criada a Biblioteca Pública de Salvador onde o príncipe regente decretou que obras duplicadas fossem enviadas para lá. A criação desta biblioteca possibilitou facilidade em pelo menos dois aspectos: o primeiro, no sentido de ampliar o acervo da biblioteca e assim garantir leituras para o público de Salvador, e, em segundo lugar, reduzia obras duplicadas na Real Biblioteca abrindo espaço para novas coleções.
1814	A Real Biblioteca finalmente é aberta ao público, mediante consentimento régio <sup>14</sup> . O clima próspero no Brasil sustentava-se de diversas formas, existiam alguns lugares de lazer para a população que vivia com tranquilidade. Tal realidade satisfazia a monarquia que perdia o desejo de retornar a Portugal.
1821	D. João VI retorna para Portugal e juntamente com ele os manuscritos da coroa são retirados do acervo. O bibliotecário <sup>15</sup> Luís Joaquim dos Santos assumiu a coordenação da biblioteca real até o ano de 1825. E o Frei Antônio assume a coordenação máxima da biblioteca, recebendo assim o nome de bibliotecário. Posteriormente, em 1822, a biblioteca recebe outro nome intitulado “Biblioteca Imperial e Pública”.
1822	Dom Pedro I ocupou o lugar de Dom João VI, seu pai, mas as pressões portuguesas para seu retorno intensificaram-se cada vez mais. O monarca desobedeceu às ordens da corte de Lisboa e decidiu permanecer no Brasil, dia que ficou marcado na história como “Dia do Fico” em 9 de janeiro de 1822. O ano de 1822 é marcado pelo decreto do governo imperial que determina que a biblioteca passaria a receber um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes impressos na Tipografia Nacional, essa ação deu início ao que hoje é conhecido como a Lei de Depósito Legal <sup>16</sup> . A biblioteca passa a receber diversas obras e documentos sobre diversas áreas do conhecimento, como direito, economia e medicina. No mesmo ano, o monarca declarou a Independência do Brasil, no dia 7 de setembro. Neste sentido, com a liberdade política, a antiga colônia inseria-se no quadro econômico internacional,

(continua)

agora os 87 caixões trazidos por Saraiva. E, com a chegada de nova leva ao porto do Rio de Janeiro, em novembro a Real Biblioteca estava novamente toda reunida e, por fim, em terras brasileiras. (Schwarcz, 2002, p. 268-269).

<sup>14</sup>Consentimento régio é o termo utilizado para se referir ao consentimento de autoridade, precisamente, do rei.

<sup>15</sup>A profissão bibliotecário foi regulamentada por lei No 9.674, DE 25 DE JUNHO DE 1998, mas em 1811 o título de bibliotecário foi conferido a Luís, pois ele era responsável pela organização do acervo da família real em Portugal e era uma pessoa de confiança que posteriormente desembarcaria no Brasil.

<sup>16</sup>O Depósito Legal é uma lei de âmbito federal, que configura o envio obrigatório de, no mínimo, um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, independente de meio ou processo, de acordo com as Leis N. 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010

	com a missão de construir um Estado e estabelecer uma unidade política <sup>17</sup> . Além disso, com a Independência, Portugal impunha o desejo de trazer a Biblioteca de volta e, assim, iniciaram-se os esforços brasileiros para a compra da instituição. Após avaliação do Bibliotecário frei Joaquim Dâmaso, foi constatado que a biblioteca valia 800000\$000 contos de réis <sup>18</sup> .
1825	O Brasil adquiriu a biblioteca de Portugal por 800 contos de réis, compra que foi regulamentada pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz <sup>19</sup> . Os anos subsequentes são marcados por novas aquisições e doações que enriqueceram ainda mais o acervo da biblioteca, obras essas em sua maioria alemãs, sobre diferentes ramos das ciências naturais, literatura, manuscritos e cartas autografadas por personagens de diversos países. Além disso, a biblioteca foi marcada por novos coordenadores que receberam titulação de bibliotecários.
1827	A Biblioteca estabelece os próprios regulamentos, como tomada de decisões e aquisição de coleções para compor os acervos. O regulamento criado para a Biblioteca estabelecia a criação de três índices, o primeiro tratava-se de um índice alfabético para todos os livros impressos, o segundo tratava-se de um índice distribuído em classes para identificar os livros proibidos na biblioteca e o terceiro um índice para livros e papéis manuscritos compostos com mais expressão que os impressos. Além disso, o regulamento determinava os horários de abertura e fechamento da biblioteca. Com isso, a biblioteca configurava-se como pública e, por isso, o número de leitores aumentou significativamente.
1850	A Biblioteca encontrava-se instalada em local provisório, no hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, dividida em salas que possuíam estantes de madeira, classificadas e distribuídas pelo sistema Bure. <sup>20</sup>
1855	A Biblioteca toma posse de um novo prédio adquirido pelo Governo Imperial, atualmente abriga a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
1858	A Biblioteca transfere-se para o prédio nacional do Largo da Lapa, ação que demorou três meses.
1870	Neste ano, o então bibliotecário Ramiz Galvão <sup>21</sup> realizou uma expedição à Europa com o objetivo de conhecer as instituições e trazer novidades, a fim de modernizar

(continua)

<sup>17</sup>Certamente, a emancipação não é obra exclusiva de nosso quixotesco d. Pedro, que foi, sim, o ator principal do ato derradeiro. O ato é expressão superficial de uma série de tensões e arranjos que se colocam à crise do sistema colonial e do absolutismo, tão característicos do final do período moderno. Era todo o Antigo Regime que se desintegrava, e com ele as bases do colonialismo mercantilista. Por isso, nossa emancipação não deixou de ser comum, mesmo se mostrando tão particular, na sua saída imperial e conservadora. Se o movimento foi liberal na medida em que rompeu com a dominação colonial, revelou-se conservador ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial. (Schwarcz, 2002, p. 385). Neste sentido, a Biblioteca surgia para contrabalancear esta imagem de um Imperador cercado pela escravidão.

<sup>18</sup>A dívida detalhada encontra-se na bibliografia SCHWARCZ, L. **Pagando caro**. In: SCHWARCZ, L. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 396p.

<sup>19</sup>A Convenção Adicional ao Tratado de Paz foi o acordo bilateral firmado em 29 de agosto de 1825 entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal que reconheceu a Independência do Brasil e formalmente pôs fim à Guerra da Independência.

<sup>20</sup>Bure ou Debure era o nome de uma família de livreiros editores, em Paris, de 1660 a 1864. O último deles publicou a partir de 1825 os primeiros volumes da Bibliothéque de l'amateur (biblioteca do amador), que representava uma coleção de clássicos franceses.

<sup>21</sup> Benjamin Franklin Ramiz Galvão foi um desses agentes que assumiu uma posição em sua geração, organizando a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN) para que ela passasse a ocupar não só o lugar de principal biblioteca do país, como também de espaço promotor das letras e da história nacional. A modernização e a reforma no funcionamento da Biblioteca Nacional, realizadas durante o período de administração de Ramiz Galvão, isto é, entre 1870 a 1882, traziam uma série de desafios para este intelectual e também para toda a sua equipe de

	a Biblioteca. Essa modernização ocorreu em meados da década de 1870 e a viagem foi considerada o ponto central para a modernização da biblioteca baseados em estilos europeus e americanos. O bibliotecário centrou-se em duas instituições para descrever e ser fonte de inspiração, foram elas: o Museu Britânico de Londres e a Biblioteca Nacional da França <sup>22</sup> .
1872	A instituição passa a se chamar definitivamente Biblioteca Nacional, depois de ser denominada de Real Biblioteca e Biblioteca Imperial e Pública. No mesmo ano é lançada a publicação periódica “Anais da Biblioteca Nacional”, a mais antiga da instituição, que é editada até hoje. Com o intuito de divulgar documentos preciosos, livros raros e peças curiosas, além de publicar manuscritos interessantes e trabalhos bibliográficos de merecimento. Foi a primeira forma encontrada de levar a público os tesouros da Biblioteca, antigos e contemporâneos.
1895	Em 1895 é realizado um inventário com o objetivo de identificar quantos documentos estão depositados no acervo da BN, somando um total de 416.543 peças.
1900	O início do século XX foi cenário da Belle Époque Carioca e de várias conquistas para a Biblioteca. A primeira é a instalação em um prédio próprio. As bibliotecas de uso público, instaladas no Rio de Janeiro, ampliadas na passagem do século XIX para o XX, tornaram-se menos áridas na existência daqueles que puderam usufruir de seus recursos. A biblioteca na primeira república, seguia os modelos de bibliotecas europeias, especialmente da França que era considerada um modelo de civilização perfeita e moderna. “Ademais, buscavam servir apenas à elite letrada, tornando-se em sua maioria, repositórios passivos do saber, em participação ativa na promoção da cultura nacional” (Juvêncio, 2021, p. 262). Desse modo, na perspectiva de Juvêncio (2021, p. 262) as transformações sofridas pela Biblioteca Nacional, no início do século XX, são um reflexo das políticas nacionais de modernização do Estado e de suas instituições, bem como uma resposta às demandas da elite intelectual do período, que buscava espaços alternativos de discussão dada a ausência de universidades.
1902	É introduzido a máquina de escrever. Objeto que facilitou e otimizou o trabalho de funcionários e bibliotecários. Também, são introduzidos sistemas que facilitam a classificação e catalogação. É lançado o Boletim Bibliográfico, dentro das normas da CDU, que evoluiu para a atual Bibliografia Brasileira. Em um segundo momento, foram adotados serviços de intercâmbio com instituições nacionais e internacionais “por meio do Serviço de Permutas Internacionais, com a qual se conseguia obras estrangeiras para compor o acervo das instituições brasileiras e podia-se enviar obras nacionais para o exterior” (Juvêncio, 2021, p. 265).
1915	Criação do primeiro curso de Biblioteconomia na instituição, com o objetivo de capacitar os profissionais que trabalhavam na organização do acervo, assim como, nas atividades de processamento técnico, entre outras atividades desenvolvidas. Assim sendo, “eram os intelectuais que levavam à Biblioteca e dela demandavam

(continua)

funcionários. Alguns desses desafios diziam respeito à ampliação e disponibilização do acervo, bem como ao trabalho rotineiro da instituição. Se a ideia era abrir a biblioteca ao público, como organizar a entrada e saída de pessoas do prédio e zelar pela integridade das obras consultadas? Qual seria a melhor estratégia para o desenvolvimento de um catálogo que pudesse ajudar aos frequentadores da instituição naquilo que procuravam? Como completar a biblioteca com a documentação indispensável para escrever a história do Brasil? (Caldeira, 2018, p. 2). Por isso, a viagem à Europa foi a solução encontrada para satisfazer essas problemáticas.

<sup>22</sup>A viagem realizada na Europa pelo bibliotecário foi o marco importante na modernização da instituição, que já acontecia desde que Galvão assumiu o cargo de diretor da BN, baseado nos modelos europeus, precisamente francês e inglês. Além disso, a viagem inseriu o bibliotecário e a BN no contexto letrado internacional, devido aos contatos no exterior que Ramiz Galvão obteve durante a viagem e manteve, mesmo com o seu retorno. Neste momento, a biblioteca era frequentada por mais usuários e possuía um sistema facilitado para localização de obras no acervo.

	as diversas discussões em voga no período, perfazendo nossa terceira dimensão, tornando-a um espaço e sociabilidade” (Juvêncio, 2021, p. 266-267).
1930	A Rádio Nacional, foi inaugurada em 12 de setembro de 1936, na época Getúlio Vargas era o então presidente da República, foi pioneira na exploração radiofônica organizada empresarialmente. Juvêncio e Rodrigues (2018) observaram que, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, o papel da BN é ofuscado pelo do Instituto Nacional do Livro, mas, antes mesmo, o papel das bibliotecas começa a esmorecer frente a um mundo em guerra. Neste sentido, a Biblioteca Nacional incorpora em um de seus significados enriquecendo o seu acervo e perpetuando a memória nacional. Além de oferecer o moderno através de seus serviços e “ser um polo de erudição em busca do desejo de civilização e de modernidade da Primeira República” (Juvêncio, 2021, p. 271).
1946	A Biblioteca adotou o método de catalogação, o Catálogo Dicionário. Modelo proposto pela American Library Association - ALA e conhecido por ser o mais revolucionário sistema de catalogação na época. No mesmo ano, em 1946, o Decreto-Lei no 8.679 criou a Divisão de Obras Raras e Publicações. Com o avanço da tecnologia e modernização de equipamentos as obras dos laboratórios de microfilmagem e restauração são ampliadas.
1955-1958	Em 1955, em Bruxelas, foi realizado um congresso que se identificou a necessidade de consolidar uma biblioteca central em cada país. Por isso, três anos mais tarde, em 1958, a UNESCO lançou uma série de instruções que as bibliotecas nacionais deveriam seguir <sup>23</sup> .
1973	Tombamento do prédio sede pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
1978	Em 1978, ocorreu a criação do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros - PLANO, que tem por objetivo preservar a produção jornalística do país e supervisionar uma rede nacional de microfilmagem. O segundo foi adotados as bases de formato CALCO - Catalogação Legível por Computador em todo o ambiente nacional com informações de nível internacional. O terceiro marco importante foi a implementação do sistema ISBN. Para atender ao alto índice de solicitações de informações legais, é instalado na Biblioteca um terminal de processamento de dados ligado diretamente ao sistema do Senado Federal, em Brasília. Por fim, a biblioteca passou a integrar o Comitê Internacional de Diretores

(continua)

<sup>23</sup> Uma instalação central, da biblioteca nacional é a única solução aceitável; anexos-fora do centro- constituem geralmente uma necessidade, mas oferecem vantagens e desvantagens. Convém que o "status" profissional dos bibliotecários, seja revalorizado, entre as carreiras universitárias. Deve ser permitida flexibilidade máxima na administração do seu orçamento. A biblioteca nacional deve poder dispor de recursos extraordinários para adquirir peças importantes para o patrimônio nacional. A biblioteca nacional tem a responsabilidade de adquirir e conservar: a totalidade da produção nacional impressa; as publicações estrangeiras necessárias ao país. A microfilmagem, especialmente dos jornais, não deve autorizar a destruição dos originais. A biblioteca nacional deve favorecer a adoção, em seu país, de regras comuns de catalogação, levando em consideração as recomendações da FIAB. Incumbe às bibliotecas nacionais a produção das bibliografias nacionais correntes e, eventualmente, retrospectivas. Todas as teses devem ser incluídas nas bibliografias nacionais. A biblioteca nacional tem o dever de colocar à disposição dos outros bibliotecários sua experiência quanto aos meios e técnicas de conservação e restauração material dos livros. As bibliotecas nacionais são convidadas a publicar através da UNESCO as medidas adotadas em seus países para microfilmarem os livros raros com o objetivo de constituir arquivos de segurança. A biblioteca nacional tem a responsabilidade de manter atualizados os elementos de um inventário central de coleções de manuscritos. É recomendada a ratificação a) do Acordo para importação de objetos de caráter educativo, científico ou cultural da UNESCO; b) da Convenção da União Postal Universal, relativa à redução de tarifas aplicáveis aos livros e aos periódicos; c) dos convenções relativas a permuta internacional de publicações. (Unesco, 1958 apud Monte-Mór, 1987, p. 164).

	de Bibliotecas Internacionais, representando as Bibliotecas Nacionais da América Latina em âmbito internacional.
1990-1998	Em 1990, A Biblioteca Nacional, com sua biblioteca subordinada, a Euclides da Cunha, do Rio de Janeiro, e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, de Brasília, passam a constituir a Fundação Biblioteca Nacional (FBN). E oito anos após esta adesão, em 1998, a biblioteca passa a publicar seus catálogos na Internet, através de seu site.
2006	Em 2006, é implementada a criação da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), que integra todas as coleções digitalizadas, posicionando a FBN na vanguarda das bibliotecas da América Latina e igualando-a às maiores bibliotecas do mundo no processo de digitalização de acervos e acesso a obras e serviços via Internet. E é onde se encontram alguns portais de Curadoria Digital desenvolvidos pela BN, como por exemplo, a Brasileira Iconográfica e a Brasileira Fotográfica, objeto de estudo desta pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro 1 apresenta de forma sucinta a trajetória da Biblioteca Nacional, desde os primórdios, quando recebeu o nome de Real Biblioteca até a atualidade, com o desenvolvimento da BNDigital. Essa instituição, apresenta um enorme significado na construção do conhecimento que possibilita a transformação social. Por isso, a sua preservação, enquanto lugar de memória, deve atender a objetividade de transmissão de valores para uma configuração social, pós-moderna e acelerada (Nora, 1993 apud Grings, 2015).

As bibliotecas enquanto instituições de guarda e salvaguarda do patrimônio nacional carregam em seus acervos memórias e culturas da sociedade do passado. Na perspectiva de Nora (1993, p.9) “em tudo estas- memória e história - se opõem, sendo aquela viva, reconfigurável, mutável, enquanto esta é estanque, a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais”.

Segundo Andrade (2009) as bibliotecas nacionais são lugares de memória nacional, responsável pela proteção do patrimônio bibliográfico nacional.

Além disso, a Biblioteca Nacional é um lugar de memória nacional. É o lugar onde se dá o armazenamento da escrita produzida em tempos e localidades diversas e desempenha, apesar de todo o avanço tecnológico, o papel de guardião do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido por homens e mulheres do passado, mas, de através dele, possibilitar estudos e investigações sobre tantas experiências passadas, presentes, de alguma forma, em seu acervo. Seguindo o pensamento de Pierre Nora, poderíamos designar as bibliotecas como lugares de memória, já que incluem nos seus acervos, documentos que representam a cultura erudita (manuscritos, incunábulo e outros) e popular (literatura de cordel, revistas em quadrinhos, coleções de livros de bolso, filmes, discos). (Andrade, 2009, p. 26).

As Bibliotecas Nacionais desempenham um importante papel na construção e preservação da memória nacional, social, coletiva e individual. De modo geral, as bibliotecas exercem esse papel enquanto instituições sociais tornando-se ricas em simbologias e significados.

A Biblioteca Nacional enquanto instituição reconhece o seu papel de importância como lugar de memória nacional por toda a presença documental e iconográfica em seus acervos, o funcionamento desses lugares acontece através da aura simbólica “um lugar de memória só funciona deste modo se estiver imbuído de uma aura simbólica; ou seja, pode não necessariamente ser um lugar em si, mas um objeto ritualístico ou um minuto de silêncio” (Nora, 1993).

Para Juvêncio (2016) a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional são instituições diferentes, mas que compartilham de um mesmo propósito, salvaguardar a memória nacional. Contudo, é importante notar que a construção da memória não se dá de forma isenta e tão natural quanto parece; é derivada das disputas que se desenvolvem no interior das sociedades, dos diferentes grupos, de disputas políticas e sociais. Desta forma, não será toda a memória nacional preservada, mas sim dos grupos dominantes, das elites daquele momento.

Como símbolo, a Biblioteca Real transmitia significados, e era carregada de sentidos, fornecendo indícios ou sinais aparentes que podem ser interpretados de acordo com a mentalidade de uma determinada época ou cultura. Assim, “os símbolos relacionam-se com os valores impregnados no imaginário de uma sociedade, de uma comunidade, de um grupo de indivíduos, refletindo aspirações, ideais, utopias, produzindo sentimentos de pertença, enfim, produzindo identidade” (Muniz, 2012, p. 127).

Desta forma, a Biblioteca Real seria o símbolo de uma identidade nacional que precisava se afirmar. Seria esse instrumento de afirmação da recém-proclamada nação brasileira, pois, se os laços com Portugal, a pátria-mãe, tinham sido desfeitos, restava às instituições o papel de forjar a identidade da nação soberana do Brasil. Afinal, o poder dos livros e das bibliotecas sempre fora notável, e, como portadores de memória, tanto um como o outro também portam identidades (Juvêncio, 2016, p. 201).

A nação, nesse sentido, é evocada por meio de seus símbolos. Na construção de símbolos, os documentos são os pilares de sustentação. Dessa maneira, o documento é considerado um monumento. Neste sentido, os documentos têm poder de legitimação e que quando são organizados em acervos de bibliotecas, transformam-se essas instituições em lugares de memória.

A memória, construída por meio dos documentos – algo também fabricado pelo social –, busca a sua legitimação. Desta forma, ao serem institucionalizados, os documentos adquirem o estatuto de eternidade que as sociedades tanto anseiam. A Biblioteca Nacional, ao acolher coleções, não preserva apenas aqueles itens, mas sim o ideal de um homem e de seu grupo; os documentos que ali estão preservam a memória e identidade de certo círculo social. Desta forma, os critérios de raro, valioso e precioso não advêm apenas do seu valor monetário, mas, sobretudo, do seu valor como símbolo, como representação. Com isso, além das obras, as bibliotecas preservam símbolos e atribuem a eles novos significados (Juvêncio, 2016, p. 206-207).

Desse modo, três facetas convergem: a material, a simbólica e a funcional. Na perspectiva de Grings et al. (s.d.) essas facetas são constituídas por um jogo entre história e memória e embebidos da vontade de memória caso contrário, são apenas lugares de história -, cabe aos lugares de memória a tentativa de refrear o esquecimento e acumular sentidos, sem perder sua vocação para a constante metamorfose e resignificação.

Na contemporaneidade essas memórias e histórias ganham espaços em ambientes digitais. Observa-se que a constituição desses espaços compreende documentos que possuem origem analógica e que foram migrados para o ambiente virtual através da digitalização de documentos.

Neste cenário, a Biblioteca Nacional tende a acompanhar essas tendências tecnológicas, como a criação da Biblioteca Nacional Digital e de Coleções Digitais que fazem parte e integram o ambiente virtual da BNDigital. Em sequência, segue-se a sua apresentação.

## **2.2 A Biblioteca Nacional Digital**

O surgimento da internet, na década de 60 e de publicações digitais e digitalizadas, na década de 90, facilitaram o acesso e a recuperação da informação. Essa mudança trouxe um impacto significativo nas Bibliotecas, desta forma se destaca o termo “Biblioteca Híbrida” que remete a estrutura e informações em ambientes físicos e digitais. Neste cenário, as bibliotecas digitais passam a se tornarem parte importante da infraestrutura das bibliotecas.

O objetivo de Bibliotecas Nacionais na era digital é reunir e preservar o patrimônio bibliográfico nacional, produzido de forma física ou digital. Existem diversos desafios que o patrimônio digital coloca sobre as bibliotecas nacionais, na perspectiva de Campos (2005) as bibliotecas nacionais enfrentam as seguintes questões sobre a era digital.

Selecionar (ou não) os recursos digitais, com ou sem formato físico, de modo a garantir uma coleção nacional também de recursos digitais. Descrever e processar bibliograficamente os recursos digitais, criando os metadados

necessários para a descrição e recuperação de informações. Preservar as coleções de recursos digitais e digitalizados. Garantir o acesso às coleções digitais e não digitais, gerindo e controlando as condições de acessibilidade, nomeadamente no que respeita aos direitos de autor. (Campos, 2005, p. 21-22).

Existe uma preocupação das Bibliotecas Nacionais a respeito da organização e preservação dos documentos digitais produzidos a partir da tendência de criação de coleções digitais e a implementação de Bibliotecas Nacionais Digitais, um exemplo é a BNDigital criada em 2002 pela Fundação Biblioteca Nacional.

A Biblioteca Nacional Digital (BND) foi lançada, oficialmente, em Fevereiro de 2002 como um projecto de dimensão aberta visando «estruturar um conjunto de instrumentos e de operações facultadas pelas chamadas tecnologias da informação e da comunicação» e contemplando, em primeira instância, «conteúdos previsível e usualmente procurados pela comunidade dos leitores de uma biblioteca nacional. Tais conteúdos responderão, assim, a expectativas de acesso, privilegiando-se, sobretudo, as chamadas fontes documentais (Biblioteca Nacional, 2002, p. 12-13).

Para a criação de coleções e acervos digitais faz-se necessário serviços de seleção, pesquisa e criação de metadados. Na seleção são escolhidos assuntos e informações através de sua relevância temática e de autoria (com o objetivo de contribuir para a construção da memória social e coletiva) com profissionais qualificados e especializados para execução da tarefa. A pesquisa e a criação de metadados são registrados através da PORBASE, assim apresentam diversas vantagens:

Cria um ambiente integrado de pesquisa, não obrigando o utilizador a consultar os catálogos em linha; utiliza, com redução de custos e benefícios na descrição bibliográfica, o registo catalográfico elaborado para a obra (seja do original analógico ou do digital) como estrutura de metadados para a pesquisa em ambiente Web; associa ao recurso digital um identificador persistente (PURL) que funciona como cota da obra, permitindo a sua localização na BND a longo prazo. Se conferirmos estas características práticas da BND com aquelas que atrás indicamos, em termos teóricos – selecção, descrição, preservação e acessibilidade – verificamos que na estrutura e conteúdos da BND se replicaram os princípios normativos e a missão que a BN, como biblioteca nacional, tem implementado para as suas coleções tradicionais (Biblioteca Nacional, 2002 p. 14).

A preservação digital é uma temática imprescindível sobre as coleções em Bibliotecas Nacionais Digitais, são adotadas políticas de preservação digital que orientam e padronizam

esta ação. Dessa forma, a política nacional e internacional de preservação digital deve coordenar a gestão do patrimônio bibliográfico digital.

Além disso, a arquitetura da preservação digital é uma estratégia que distingue coleções digitais e interfaces de acesso. O acervo digital é o locus da administração da preservação digital e a biblioteca digital a sua interface de acesso. Observando-se a organização e estruturação de uma Biblioteca Digital é importante considera-se diversos fatores, são eles: coleções digitais, arquitetura da informação, software, entre outros. A flexibilidade é um dos pontos mais oportunos para o sucesso dessa implementação, como assinala Cunha (2009).

A flexibilidade na organização da informação é um dos principais pontos no projeto de uma biblioteca digital. Nessa organização é que entra a arquitetura da informação para representar a riqueza e variedade dos conteúdos informacionais, geralmente feita sob a forma de blocos que compõem o sistema. Do ponto de vista computacional, essa biblioteca é construída com componentes simples, denominados objetos digitais – uma das maneiras para estruturar a informação sob a forma digital. Essa estruturação não é trivial, pois um simples documento pode ser composto de várias partes que possuem uma complexa estrutura interna e relacionamentos com outros documentos. (Cunha, 2009, p. 2).

Em suportes físicos de uma biblioteca digital a informação pode ser organizada e estruturada em diversas categorias, por exemplo: texto com marcação em Standard Generalized Markup Language SGML, objetos na web, programas de computador, figuras ou programas digitalizados de música. Sendo assim, esses formatos são normas que categorizam a informação como um conjunto de objetos digitais. Neste sentido, Cunha (2009) assinala que “o projeto e a arquitetura da biblioteca digital são elementos essenciais para o futuro sucesso dessa empreitada, permitindo uma interação descomplicada e ágil entre o usuário e a informação” (p.2).

As bibliotecas digitais demandam estabelecimento de normas, padrões, formatos e protocolos que possam facilitar o crescimento das redes do futuro. Destacando-se sua importância, pois “embasam as regras pelas quais os objetos digitais serão descritos e preservados, onde os seus conteúdos serão armazenados e recuperados mostrando como os seus sistemas se intercomunicam” (Cunha, 2009, p.2). Sendo assim, essas ações facilitam a interoperabilidade entre bibliotecas.

No desenvolvimento de coleções digitais são necessários processos de seleção e aquisição, enriquecendo o acervo informacional. Este acervo fica disponibilizado para o acesso em computadores e, também, em rede que podem ser acessados livremente ou por meio de

senhas ou outras autenticações. Neste sentido, salienta-se que as bibliotecas possuem licenças de uso e permissão de acesso. Destaca-se, também, a variedade de materiais e documentos que podem ser originalmente digitais, periódicos eletrônicos, periódicos eletrônicos com licença de uso, livro eletrônico e materiais substitutos de obras impressas.

Esta variedade de materiais e a forma como são armazenados contribuem para a preservação da memória. Neste cenário, destaca-se a Curadoria Digital que será descrita a seguir. Pois é uma ferramenta importante para preservar, selecionar e salvaguardar o patrimônio documental.

### **3 CURADORIA DIGITAL**

Nesta seção foram abordados a Curadoria Digital vinculada a três segmentos. O primeiro, através de uma gênese conceitual. O segundo, apresentando a curadoria conectada à preservação digital. Por fim, a coleção caracterizada como objeto de pesquisa, o portal Brasileira Fotográfica.

#### **3.1 Curadoria Digital: Gênese Conceitual**

O termo curadoria remete ao termo latino *curare*, que significa “cuidado para” que expressa a custódia e preservação, está atrelado a uma ampla gama de atividades, tais como: cuidar, preservar e salvaguardar (Longair, 2015).

Segundo Ramos (2012, p. 16) o termo *curator bonorum* foi mencionado em documentos do ano 435 a.C., se referindo “a pessoa que cuidava para que um devedor inadimplente não tivesse seu patrimônio arruinado pelos credores, enquanto seu caso era analisado por um tribunal”. No século XVII, os termos curadoria e curador se referiam a organização de mostras, espetáculos artísticos e museus, significado que perdura até os dias atuais, sendo ampliado o curador para “encarregado de um museu, galeria de arte, biblioteca ou similar” (Lee; Tibbo, 2011, p. 125).

Nos séculos XVIII e XIX, os termos ganharam relevância na área jurídica atrelados à proteção e guarda de pessoas menores de idade ou deficientes físicos e/ou mentais considerados incapazes de tomar decisões que afetassem os interesses familiares e sociais. Também identifica-se o uso do termo no comércio, para indicar o responsável por cuidar dos direitos dos credores em caso de falência. A partir do século XX, o termo curadoria passou a se relacionar intensamente com as artes. (Castilho, 2015). Mas, deve-se ressaltar também que nas décadas de

1960 e 1970, o termo curadoria foi usado, para designar o cuidado sistemático com coleções de espécimes científicos (Lee; Tibbo, 2011).

Nos anos 1980 e 1990, surgiu o termo "curadoria de dados" relacionado a gestão de dados científicos. Salienta-se, dizer que neste sentido a curadoria de dados é o trabalho de organizar e gerenciar uma coleção de conjuntos de dados para atender às necessidades e interesses de um grupo específico de pessoas ou de uma comunidade.

Em 2001, o termo curadoria digital emergiu-se e se consolidou-se no seminário intitulado “*Digital Curation: Digital Archives, Library and e-science seminar*”<sup>24</sup> organizado pela *Digital Preservation Coalition* e pelo *British National Space Center*, realizado em Londres no dia 19 de outubro de 2001. Reuniu-se palestras internacionais de diversos setores para discutir os desenvolvimentos de ponta no campo da curadoria digital e preservação digital. O seminário estabeleceu-se um diálogo intersetorial essencial entre arquivistas, bibliotecários e gerentes de dados em e-science (Beagrie; Pothen, 2001).

Porém, apenas a partir de 2003, passou-se a se dar mais atenção à ideia de curadoria de dados dentro do contexto da *e-science*<sup>25</sup> e da infraestrutura cibernética<sup>26</sup> (Lee; Tibbo, 2011). A partir do ano 2003 o termo curadoria passou-se a ser trabalhado nas áreas de Ciência da Informação e Ciência da Computação, motivados pelo crescimento exponencial da informação digital, dando origem a noção de Curadoria Digital em dois relatórios que trouxeram a ideia de curadoria de dados dentro do contexto de e-ciência e infraestrutura cibernética “Curação”.

Segundo Beagrie (2004) a “curadoria digital” foi usada no seminário como um termo para transferir explicitamente abordagens curatoriais existentes para coleções digitais, e também para destacar algumas das mudanças que são necessárias nas abordagens de curadoria de artefatos digitais em oposição a artefatos analógicos.

De acordo com Dallas (2007) a curadoria digital representa um importante conceito para a preservação e gestão da informação, devido a sua aplicabilidade frente a uma gama de

---

<sup>24</sup>Seminário realizado pelo Digital Preservation Coalition e pelo British National Space Center, reuniu palestrantes internacionais para discutir os desenvolvimentos de ponta no campo. Três desenvolvimentos foram fundamentais para o momento e organização deste evento internacional: em primeiro lugar, a iminente aprovação do Modelo de Referência de Sistemas de Informação de Arquivo Abertos (OAIS) como padrão ISO; em segundo lugar, o lançamento da Digital Preservation Coalition (DPC), uma coalizão intersetorial de mais de 15 grandes organizações; e, finalmente, o desenvolvimento do programa e-science para desenvolver a grade de pesquisa no Reino Unido.

<sup>25</sup> O termo e-Science refere-se aos métodos de obtenção de resultados científicos por meio da utilização intensiva de computação, usualmente paralela, e de imenso volume de dados.

<sup>26</sup> Infraestrutura cibernética é o estudo comparativo dos sistemas e mecanismos de controle automático, regulação e comunicação nos seres vivos e nas máquinas.

problemas e domínios advindos de acervos do patrimônio cultural, e-science, mídias sociais e a gestão dos registros organizacionais.

Abbott (2008) afirma que “curadoria digital é a gestão e preservação dos dados digitais a longo prazo”. Todavia, as atividades pertinentes desde o planejamento de criação, práticas de digitalização e documentação asseguram a sua disponibilidade e adequação para a descoberta e reutilização no futuro, constituindo assim parte da curadoria digital.

Assim sendo, os digitalizadores, criadores de metadados, financiadores, políticos e gestores de bibliotecas digitais são exemplos de profissionais da informação envolvidos no ciclo de vida de documentos do seu início ao fim, tendo, portanto, espaço de trabalho.

Desta forma, Ross Harvey (2010) no seu livro intitulado como “*Digital Curation: A How-To-Do-It Manual*” entende que a curadoria digital “aborda toda a gama de processos aplicados a objetos digitais ao longo do seu ciclo de vida”. (p. 8).

O conceito se torna mais inclusivo do que o arquivamento digital e a preservação digital pois não se trata apenas de preservar, mas assegurar o acesso a esses dados ao longo dos anos sem que ocorra a perda de autenticidade e originalidade de informações.

Segundo Liu (2010) a definição de curadoria digital torna-se complexa porque é utilizada em contexto diversos, tornando-se um termo interdisciplinar, em sua maioria para descrever atividades realizadas em ambiente digital, ganhando uma nova conotação de curadoria. De acordo com Lee e Tibbo (2011) o conceito de curadoria digital é amplo como um “conceito guarda-chuva” que abrange atividades de diversas profissões, instituições, atores e setores.

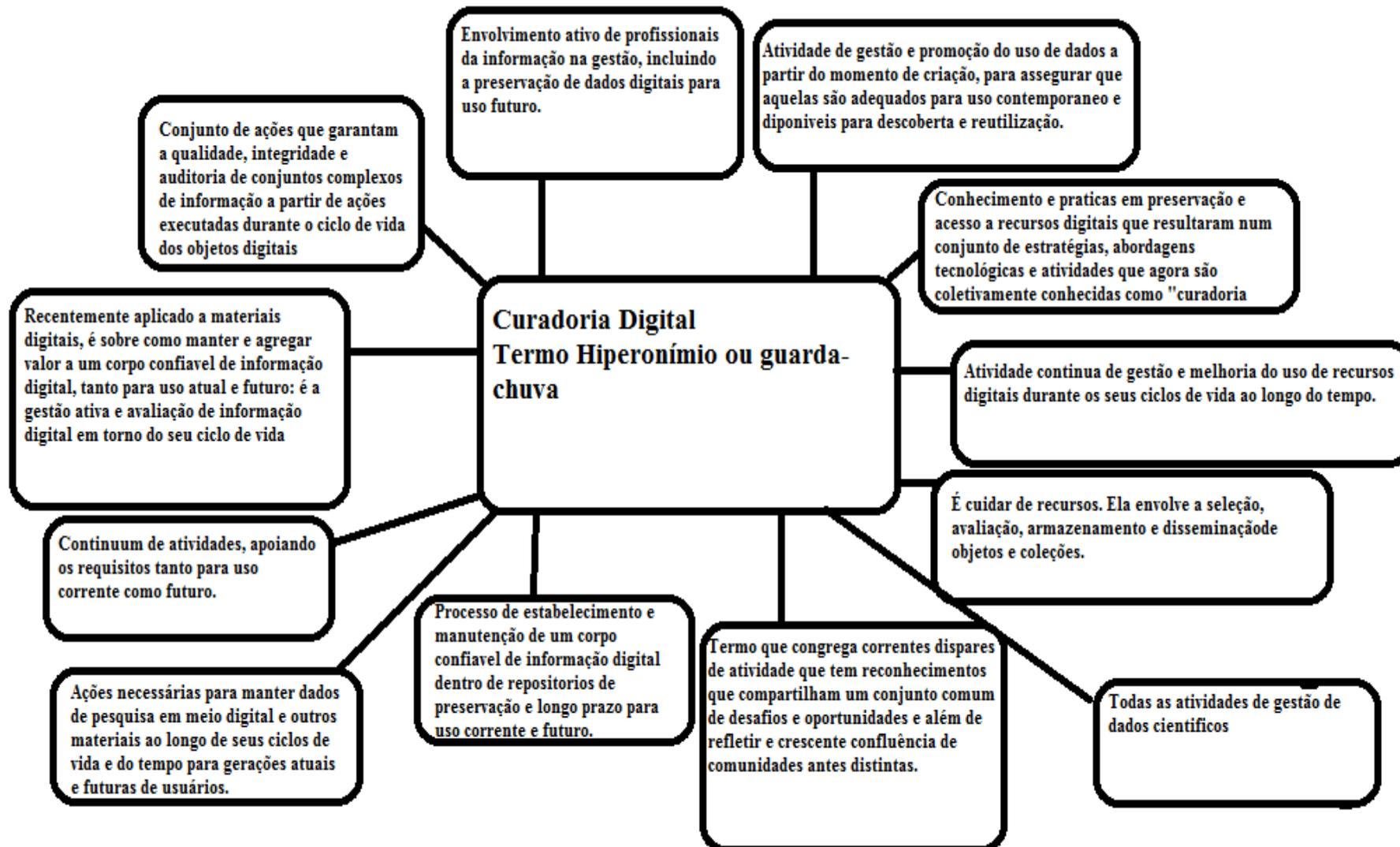
Observando a evolução conceitual pode-se demarcar que a curadoria digital, segundo o *Digital Curation Center* (DCC, 2012), visa a gestão ativa, agregação de valor à informação digital e a preservação de recursos digitais, tanto para uso atual quanto futuro, durante todo o ciclo de vida do dado digital. Yamaoka (2012) define o que é um programa de curadoria digital e quais são seus objetivos.

Um programa de Curadoria Digital tem como objetivo salvaguardar os objetos digitais, possibilitando o acesso e o reuso em todo seu ciclo de vida. O valor despendido para produzir tais objetos têm como retorno o compartilhamento dos dados, o que reduz a duplicação de esforços na criação destes e tornando-os disponíveis para extração de novos conhecimentos. (Yamaoka, 2012 p. 70).

O programa deve se atentar às inovações tecnológicas e modernização de softwares que garantam a acessibilidade aos portais. Além disso, faz-se necessário a capacitação de

profissionais que possam realizar a manutenção, pois neste tipo de ferramenta tecnológica esta é uma ação importante. Em sua dissertação, Santos (2014) apresenta um mapa demonstrativo com conceitos definidos ao longo do tempo sobre curadoria digital. No centro, encontra-se o termo curadoria digital que é denominado pela autora como termo hiperônimo, ou termo guarda-chuva.

Figura 1 – Definições para Curadoria Digital



Fonte: Elaborado pela autora baseado em (Santos, 2014)

Na figura 1, o modelo esquematizado compreende os conceitos de curadoria ligados a Ciência da Informação, observa-se sete ideias:

1. Curadoria digital como as ações necessárias para manter dados de pesquisa acessíveis;
2. Curadoria digital como esforço cooperativo de profissionais da informação;
3. Curadoria digital como testemunho do estado atual do conhecimento de áreas de pesquisa por meio da preservação de um corpo confiável de informações do referido;
4. Curadoria digital como gestão para preservação digital;
5. Curadoria digital como atividade contínua para preservação;
6. Curadoria digital como modelo para manutenção e agregação de valor à informação digital;
7. Curadoria digital como termo hiperonímico ou guarda-chuva que congrega todas as atividades interventivas necessárias para transformação da informação para preservação ao longo do seu ciclo de vida, ou seja, da sua criação ao seu acesso pelo usuário final (Santos, 2014, p. 130-131).

Esses conceitos foram se modificando e aperfeiçoando ao longo dos anos com o aumento de produções acadêmicas e a utilização de novas tecnologias. Bem como, pesquisas práticas e explorações temáticas sobre esta área.

A partir do século XXI, outra abordagem para o termo curadoria digital começou a ser utilizada, a curadoria de informações ou de conteúdo, também em consequência do aumento constante e exponencial no volume de dados e informações publicados na Web (Castilho, 2015). Na perspectiva de Siebra, et al. (2016) essa abordagem guarda a ideia do consumo mais preciso e específico de informação, face ao excesso de fontes.

Na perspectiva de Siebra et al. (2016)

O pesquisador Beagrie (2004) observou que o termo "curadoria digital" estava sendo cada vez mais utilizado para designar as ações necessárias para manter os dados de pesquisas e outros materiais digitais em todo o seu ciclo de vida e ao longo do tempo para as gerações atuais e futuras. O que inclui não só a preservação digital, mas também "todos os processos necessários para uma boa criação e gestão de dados, e a capacidade de agregar valor aos dados para gerar novas fontes de informação e de conhecimento" (Siebra, et al, 2016).

Desse modo, a partir desta nova concepção o termo passa a receber mais uma função, agora não apenas de preservar e salvaguardar, mas o de realizar ações que possibilitem uma gestão de dados mais eficiente, facilitando o seu acesso e a sua recuperação.

Além disso, a Curadoria Digital é utilizada como importante ferramenta de organização da informação e preservação. Nessa perspectiva, Molina e Santos (2019) abordam que a Curadoria Digital poderá ser considerada um importante fator para a constituição da memória.

A Curadoria Digital pode ser considerada como um fator fundamental para a constituição da memória, visto que pressupõe oferecer diferencial, agregar valor, aprimorar relacionamentos, rememorar histórias, pois quando falamos de memória, lembranças e esquecimentos, evolução e aprendizagem são constantes. Com isso a Curadoria Digital se faz imperativa na constituição da Memória, pois ela propicia flexibilização, uma vez que a maior parte das informações hoje são produzidas/geradas nos computadores e o desafio de preservá-las, manter, agregar valor e recuperar a informação digital é enorme. (Molina e Santos, 2019 p. 96)

Pode-se considerar que, os portais de curadoria são ferramentas informacionais que preservam a memória e constituem a identidade em diferentes campos do conhecimento que dialoguem com a agregação de valor e a rememoração de histórias.

Desse modo, o termo Curadoria Digital apresenta características interdisciplinares. Segundo Dallas (2008, p. 1) “A Curadoria digital emergiu como uma nova prática interdisciplinar que procura estabelecer diretrizes para gestão de informação”. Permeando-se por várias áreas do conhecimento que também é definido em outros contextos, como nas artes e comunicação.

Nas artes, a curadoria remete a preparação de exposições em museus. Nesse caso, a curadoria é o processo de organização, cuidado e montagem de uma exposição artística, formada por um conjunto de obras de um ou de vários artistas, a partir da seleção prévia feita pelo curador ou equipe de curadores. (Ramos, 2012, p.14)

Assim como nas artes, na Comunicação, o termo curadoria se expandiu para o ambiente digital e está diretamente ligado à informação disponível na web. Pode-se ser designado como curadoria de informação, conteúdo, conhecimento ou dados e a preocupação é de como selecionar e transmitir o excesso de informações do mundo digital ao interagente. Ou seja, o curador, em geral um jornalista, seleciona as informações mais relevantes e põe à disposição do seu público alvo por meio da web ou de publicações impressas (Corrêa; Bertocchi, 2012).

Salienta-se que o termo é abordado em diferentes áreas do conhecimento devido a sua interdisciplinaridade e que as ações curatoriais se estendem para além da questão de preservação. Porém, identifica-se que a Curadoria Digital está inerentemente conectada à Preservação Digital, sendo parte importante do seu ciclo de vida. Neste sentido, a seguir será apresentada a Curadoria Digital e sua relação com a Política de Preservação Digital.

### 3.2 Curadoria Digital: Política de Preservação Digital

Segundo Hirtle (2010), o termo preservação digital foi utilizado pela primeira vez em 1990 através de um projeto de pesquisa conjunto da Biblioteca da Universidade de Cornell com a Xerox para designar a "utilização de tecnologias digitais para reformatar mídias analógicas, como parte do processo de preservação dessas mídias".

Destaca-se de acordo com Márdero Arellano (2008, p. 30) que apenas a partir “de 1996 a preservação digital passou a ser chamada como tal. Todavia a preservação de documentos sempre foi um desafio presente em unidades de informação, uma vez que precisa lidar com documentos eletrônicos”.

A preservação digital pode ser definida através da combinação de políticas, estratégias e ações para garantir o acesso e reprodução precisa de conteúdos autenticados, reformatados e nascidos digitais ao longo do tempo, independentemente dos desafios da falha das mídias e das mudanças tecnológicas (Association for Library Collections & Technical Services, 2007).

Na perspectiva de Arellano (2008, p. 43) a preservação é um dos grandes desafios do século XXI. Durante os últimos anos do século XX, as bibliotecas, os arquivos, os centros e institutos de pesquisa e organismos governamentais criaram conteúdo digital relevante. E assumiram diversos papéis em variadas áreas do conhecimento. O termo preservação foi conceituado e redefinido por diversos pesquisadores.

Para Hedstrom (1996, p. 189), a preservação digital se refere ao “[...] planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável [...]”.

Em 2003, a UNESCO apresentou uma série de funções e atividades que a ação de preservação deveria seguir.

A preservação digital compreende os mecanismos que permitem o armazenamento em repositórios de dados digitais que garantem a perenidade dos seus conteúdos. Para atingir esse fim, os objetos digitais devem ser compreendidos e gerenciados em vários níveis: como um objeto físico, como uma codificação lógica, como objetos conceituais ou possuidores de significado para os humanos e como um conjunto de elementos essenciais que devem ser preservados para oferecer aos futuros usuários a essência do objeto (Unesco, 2003).

Na perspectiva de Arellano (2009, p. 51) “a necessidade de preservação digital, do modo como é percebida por vários autores, reforça a importância do planejamento na criação e gerenciamento de objetos digitais”. Chilvers (2000) menciona a prioridade da preservação digital como a necessidade de seleção e avaliação dos custos baseados no ciclo de vida de um objeto digital. Boeres (2004), após uma investigação junto às bibliotecas universitárias brasileiras, identificou a necessidade de preservação digital no momento da seleção das coleções.

Arellano (2009, p. 42) apresentou a importância da preservação digital para a Ciência da Informação e como ela se tornou uma preocupação da área.

A preservação digital assume diferentes significados, conforme o contexto. Para os profissionais da ciência da informação, por exemplo, ela se refere à infraestrutura e ao comprometimento institucional necessário para proteger a informação representada digitalmente, enquanto para os especialistas da ciência da computação ela seria uma maneira de atenuar a obsolescência tecnológica e aumentar a memória humana. (Arellano, 2009, p. 42).

Na área da Ciência da Informação, o uso da tecnologia digital que se torna o lugar dos tradicionais meios de preservação, como por exemplo a microfilmagem, que se preocupa com as normas e o uso de técnicas digitais e sua prontidão na tarefa da preservação a longo prazo (Chepesuk, 1997).

Segundo Arellano (2009, p. 62) existem problemas na questão da preservação digital e que necessitam de observação e solução. Neste sentido, são apresentadas três metodologias que podem ser utilizadas para superar os desafios da preservação digital, são eles: a migração, emulação/ encapsulamento e hardware e software.

A migração está associada com a transferência periódica de objetos digitais de uma determinada configuração para uma plataforma mais atual. Já a emulação/ encapsulamento representa a preservação do objeto digital original em conjunto com informações capazes de garantir sua futura interpretação e recuperação. Por fim, o hardware e o software representam a parte física e os programas que são utilizados para o funcionamento da máquina.

Outra questão relativa à preservação digital é a autenticidade dos dados, pois os usuários precisam ter certeza de que a informação que estão utilizando é o que diz ser e não foi alterada nem por outros usuários, nem em alguma atualização de dados. Na manipulação dos objetos digitais existe o risco de

corromper a originalidade, integridade e autenticidade da informação. (Arellano, 2009, p. 62).

Na perspectiva da preservação digital a conservação do software e do hardware sugere que os dados digitais sejam preservados em mídia estável e copiados para nova mídia, caso seja necessário, e associados às cópias preservadas de uma aplicação de software original. Esse sistema operacional será normalmente usado para ser lido sob uma plataforma de software relevante. Essa estratégia pode ter valor para casos particulares ou históricos de software e hardware, bem como ser útil para a comunidade dos museus (Swade, 1992), “de longo prazo, entretanto, é cara e pouco prática”. (Arellano, 2009, p. 71).

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de desenvolver uma política de preservação digital com critérios essenciais para a realização desta atividade. Segundo Silva, Junior e Mota (2012) apud Castilho (2019, p. 74), uma política de preservação digital serve como orientação legal para a gestão da preservação e para o acesso permanente aos documentos digitais produzidos, selecionados e armazenados por instituições, com o objetivo de superar a obsolescência tecnológica tanto dos objetos como dos seus próprios suportes.

Segundo Silva Júnior e Mota (2012) para se elaborar uma política de preservação digital, necessita-se observar e preparar uma infraestrutura física e de sistemas de informação. A preservação digital em longo prazo envolve diversas variáveis, como o planejamento minucioso das ações, a implementação de tecnologia e orçamentos consideráveis. No entanto, esta complexidade tem desanimado as instituições que custodiam o patrimônio digital para as futuras gerações (Sayão, 2010).

Nesta perspectiva, Arellano (2008) divide os métodos de preservação em dois grupos: estruturais e operacionais (conforme Quadro 1). Os métodos estruturais têm a ver com as decisões institucionais como a adoção de padrões, elaboração de normas, estabelecimento de consórcios, escolha dos metadados de preservação e montagem de infraestrutura. Os métodos operacionais são ações sobre os objetos de fato.

**Quadro 2 - Métodos de preservação digital: quadro comparativo**

Métodos Estruturais	Métodos Operacionais
Adoção de padrões	Conservação de Software/Hardware
Elaboração de normas	Migração de suporte
Formação de Consórcios	Preservação do conteúdo
Metadados de Preservação Digital	Conversão de formatos
Montagem de infraestrutura	Emulação

Fonte: Elaborada pela autora baseada em Arellano (2008, p. 61)

Observando o quadro 2 que estabelece uma comparação entre o método estrutural e operacional para a preservação digital, observa-se que existem dois métodos, os estruturais e os operacionais. Os métodos estruturais tratam dos investimentos iniciais por parte das instituições que estão se preparando para implementar algum processo de preservação e que adotam ou adaptam um dos modelos de metadados existentes.

Os métodos operacionais englobam os novos requisitos de preservação que seriam a migração de suporte e a atualização do meio (preservação física), a conversão dos formatos, a emulação (preservação lógica) e a preservação do conteúdo (intelectual).

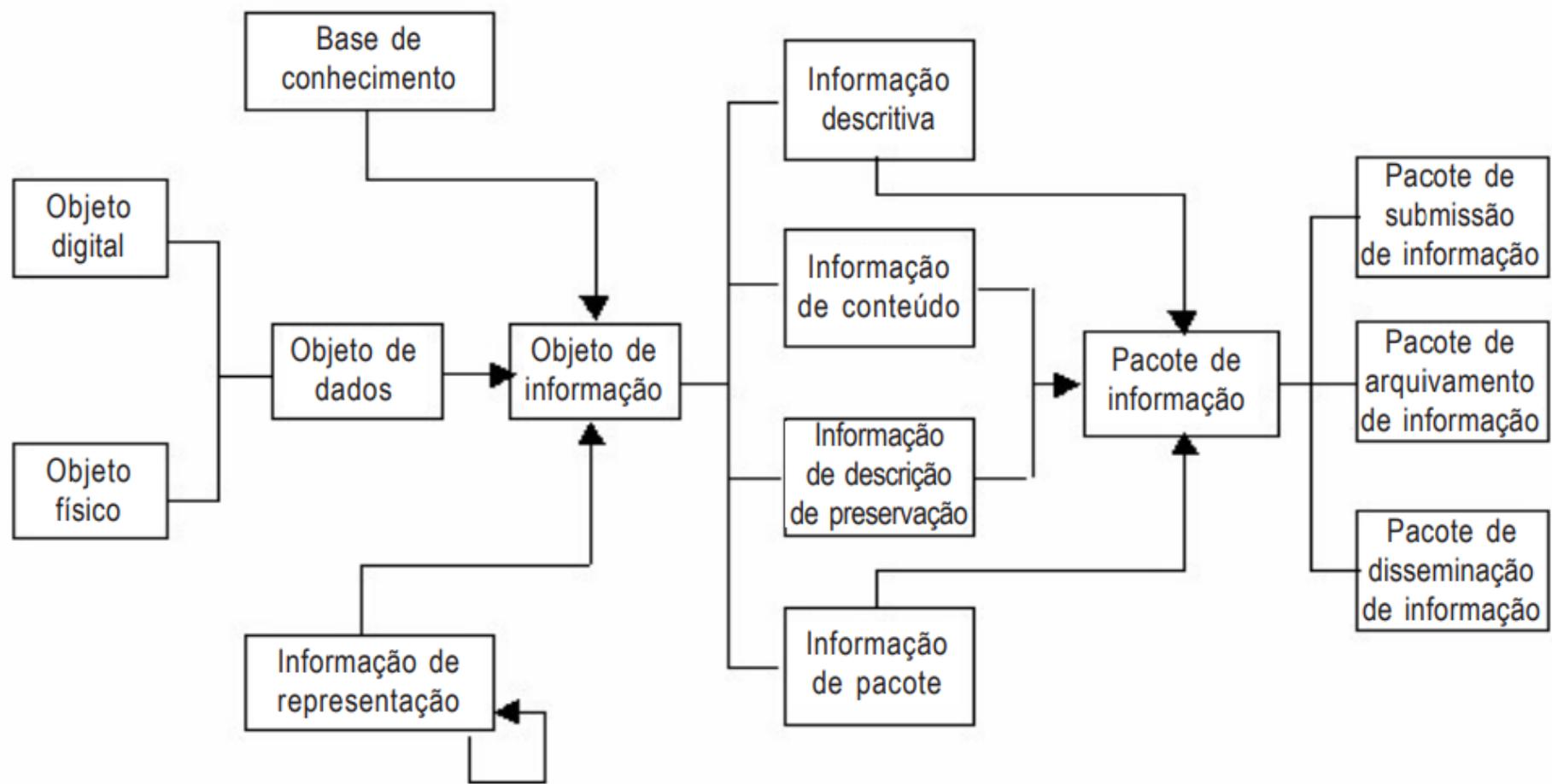
Nos métodos operacionais destaca-se a migração de suporte, emulação e a conversão de formatos, conhecida também por refrescamento. Deve-se esclarecer que a migração para Ferreira (2006, p. 36) "transferência periódica de material digital de uma dada configuração de hardware/software para uma outra, ou de uma geração de tecnologia para outra subsequente".

O autor também explica que a emulação "é um software que reproduz o comportamento de uma plataforma podendo ser hardware ou software, imitando seu comportamento mesmo que esteja obsoleto, preservando as características do objeto original" (2006, p. 36). A partir desta análise, observa-se que o emulador pode sofrer obsolescência sendo necessário a criação de uma plataforma ou novo emulador capaz de substituir o anterior.

Já a conservação de formatos, ou refrescamento "é um suporte que consiste na transferência de informação de um suporte físico de armazenamento para outro mais atual antes que o primeiro se deteriore ou se torne obsoleto" (Ferreira, 2006, p. 33).

As estratégias apresentadas foram utilizadas por décadas com o objetivo de facilitar a preservação digital de documentos, mas, atualmente com o avanço de tecnologias e a criação de novas estratégias digitais, o modelo mais adotado em centros informacionais são os modelos OAIS - Open Archival Information System.

Figura 2 – Modelo OAIS



Fonte: Dados abertos de pesquisa, 2019.

Segundo Márdero Arellano (2004, p. 20): "no esquema conceitual do OAIS existem seis entidades funcionais: recepção, o armazenamento, gerenciamento de dados, administração do sistema, planejamento de preservação e acesso." Essas entidades facilitam a transferência do dado digital desde a administração até o usuário. Salienta-se que o modelo é uma ferramenta completa que facilita os mecanismos para a preservação digital fornecendo qualidade, usabilidade, acesso e disseminação da informação.

A preservação digital encontra-se como ação curatorial no ciclo de vida da curadoria, como foi observado anteriormente. Neste sentido, em sequência será apresentado o ciclo de vida da curadoria digital e seus principais componentes.

### **3.3 Ciclo de vida da Curadoria Digital**

Na perspectiva de Yamaoka (2012, p. 69) a preservação digital consiste na manutenção da capacidade de apresentar os elementos essenciais dos objetos digitais protegendo este material de eventuais ameaças, por exemplo, de hackers. Na perspectiva da National Library Of Australia (2003) a preservação digital.

Garante a continuidade e acessibilidade permanente do patrimônio digital durante o tempo necessário. É o objetivo da Preservação Digital a qual busca estratégias (processos, hardware<sup>27</sup> e software<sup>28</sup>) para a representação do material originalmente apresentado aos usuários (National Library of Australia, 2003).

O ciclo de vida da Curadoria Digital desenvolvida pela Digital Curation Center (DCC)<sup>29</sup> tem o objetivo de garantir a continuidade de objeto digital. A preservação digital e a curadoria digital são atividades que por vezes se tornam negligenciadas e para que essas atividades não sejam esquecidas deve-se realizar a manutenção da autenticidade, integridade e uso do objeto digital. (DCC; 2012).

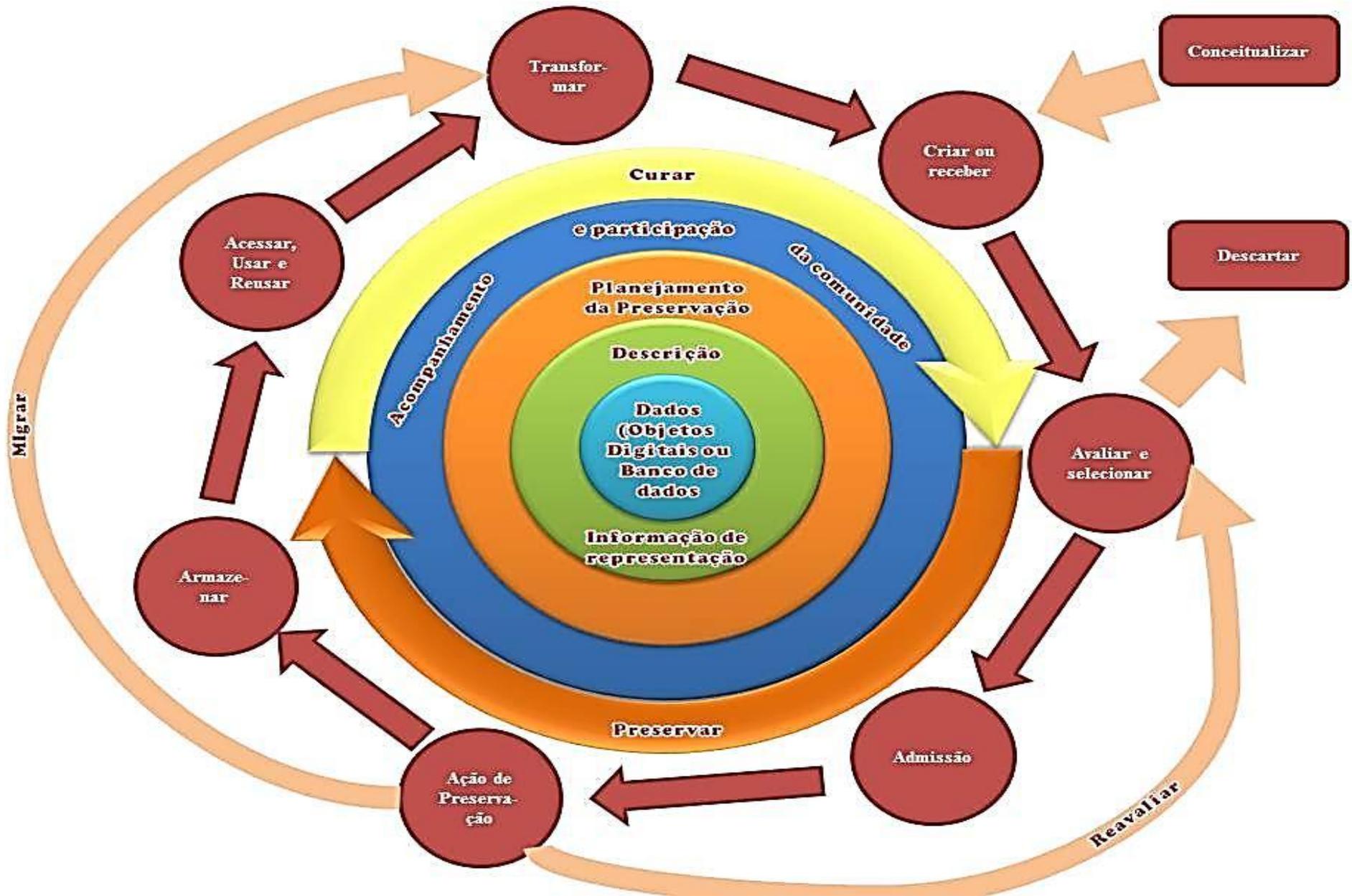
---

<sup>27</sup> O hardware é um termo técnico que foi traduzido para a língua portuguesa como equipamento, e pode ser definido como um termo geral da língua inglesa, que se refere à parte física de computadores e outros sistemas microeletrônicos.

<sup>28</sup> Software é um termo técnico que foi traduzido para a língua portuguesa como suporte lógico e trata-se de uma sequência de instruções a serem seguidas e/ou executadas, na manipulação, redirecionamento ou modificação de um dado ou acontecimento.

<sup>29</sup> O Digital Curation Center (DCC) é um centro líder mundial de especialização em curadoria de informações digitais com foco na construção de capacidade, capacidade e habilidades para gerenciamento de dados de pesquisa.

Figura 3 – Ciclo de vida da Curadoria Digital



A figura 3 demonstra detalhadamente todos os processos e estágios do ciclo de vida da curadoria digital que na concepção de Molina (2019) e Santos (2019) se inicia na contextualização, logo após são realizadas as ações sequenciais com a criação e recebimento da informação produzida. Após esse momento a informação é transportada para a avaliação e seleção, nesse estágio identificamos as informações pertinentes que deverão ou não ser preservadas. Os que não forem descartados serão admitidos e passarão para o próximo estágio. Os dados concedidos sofreram uma ação de preservação para que mantenham a veracidade e autenticidade a longo prazo.

Molina (2019) e Santos (2019) ressaltam que para que a informação passe para o próximo estágio de armazenamento ele deve ser submetido a uma reavaliação que verifique se as informações são pertinentes. Feito isso, eles passam para a próxima etapa de acesso, uso e reuso que irá garantir o acesso dos mesmos pelos usuários. A etapa de transformação consiste em utilizar da informação original e através dela produzir novos dados em formatos diferentes gerando novos resultados de busca, pesquisa e publicações.

No centro do ciclo de vida da Curadoria Digital se encontram as etapas que permitem que o ciclo de vida aconteça. De forma, esquematizada os dados (objetos digitais ou banco de dados) que se encontram no centro foram submetidos a uma representação ou descrição da informação curada. Essa informação será submetida às ações de preservação que por fim, serão acessadas e acompanhadas pelos usuários. As ações de curadoria digital têm como função principal a preservação e salvaguarda da informação digital durante todo o seu ciclo de vida.

Além disso, o ciclo de vida representado no figura 4 é caracterizado através de três ações sequenciais que tem por objetivo planejar e organizar os processos desde o início até o final da formação do acervo eletrônico.

**Quadro 3 - Ações no ciclo de vida**

Ações completas ou essenciais	Ações sequenciais	Ações ocasionais
Descrição e representação da informação Planejamento da Preservação Acompanhamento e Participação da Comunidade Curar e Preservar	Conceitualizar Criar ou Receber Avaliar e Selecionar Ingestão/Admissão Ação de preservar Armazenar Acessar, usar e reusar Transformar	Descarte Reavaliação

Fonte: Elaborada pela autora, baseada em (Martins, 2021, p. 85)

O quadro 3 apresenta as ações completas e/ou essenciais que estão atreladas aos processos de planejamento inicial de formação dos acervos eletrônicos, são realizados através das ações de: descrever, planejar, acompanhar, curar e preservar. Já, as ações sequenciais representam a fase de implementação de sistemas e políticas de gestão do acervo, que são realizadas através das atividades de: criar, avaliar, selecionar, admitir, preservar, armazenar, acessar, usar, reusar e transformar.

Por fim, as ações ocasionais estão atreladas às atividades finais, neste sentido utilizam-se a reavaliação e o descarte de dados digitais em repositórios que não realizam a sua função primária. Em sequência, será apresentado o portal de curadoria em estudo, *Brasiliana Fotográfica*.

### **3.4 O portal de Curadoria Digital Brasiliana Fotográfica**

A *Brasiliana Fotográfica* é um portal de curadoria digital que não possui uma política de preservação digital. Essa ação é de responsabilidade das instituições parceiras que será discutido mais à frente. O portal foi fundado em 17 de abril de 2015 e é o objeto de estudo desta pesquisa, que pode ser encontrado no endereço eletrônico [brasilianafotografica.bn.br](http://brasilianafotografica.bn.br). Na aba “objetivos” é possível identificar que:

A *Brasiliana Fotográfica* é um espaço para dar visibilidade, fomentar o debate e a reflexão sobre os acervos deste gênero documental, abordando-os enquanto fonte primária, mas também enquanto patrimônio digital a ser preservado. Durante uma consulta aos acervos, o usuário pode salvar o resultado de sua pesquisa no próprio portal, retomando-a em outro momento. Pode, ainda, compartilhá-lo nas redes sociais. Esta iniciativa começa com a união de esforços da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles. A ela poderão vincular-se, no futuro, outras instituições do Brasil e do exterior, públicas e privadas, detentoras de acervos originais de documentos fotográficos referentes ao Brasil. Para tanto, as instituições interessadas deverão contribuir com arquivos digitais e respectivos metadados que estejam de acordo com os padrões adotados internacionalmente. *Brasiliana Fotográfica* é um repositório voltado à preservação digital, desenvolvido em DSpace – um software livre, largamente utilizado por entidades públicas e privadas em todo o mundo. Para interoperar com outros sistemas de bibliotecas digitais, foi adotado o protocolo da Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting/OAI-PMH), um mecanismo para transferência de dados entre repositórios digitais<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup>Disponível em: [https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?page\\_id=96](https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?page_id=96). Acesso em: 28 jul. 2023.

A Brasileira surgiu através de uma parceria entre instituições público e privado, a Biblioteca Nacional (BN) e o Instituto Moreira Salles (IMS)<sup>31</sup>. Sua implementação foi compartilhada assim como sua gestão.

Atualmente, o portal conta com a parceria de 13 instituições que depositam as fotografias dos seus acervos no ambiente da Brasileira. São elas: Portal Brasileira Fotográfica; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Joaquim Nabuco; Instituto Moreira Salles; Leibniz-Institut fuer Laenderkunde; Museu Aeroespacial; Museu da República; CPDOC-FGV e o Museu Histórico Nacional.

A interação entre as duas instituições e a parceria com as outras treze instituições consolidou-se através de uma série de benefícios mútuos. Como exemplo, o fato delas adquirem mais visibilidade juntas, tornando-se uma garantia para dar continuidade ao projeto.

A Biblioteca Nacional (BN) e o Instituto Moreira Salles (IMS) também são responsáveis pelos funcionários que trabalham diariamente no portal. Em nível de organização, o portal contempla funcionários das duas instituições. Atualmente, existe um conselho consultivo formado por Marcelo Araújo, superintendente do Instituto Moreira Salles, e por Marco Lucchesi, presidente da Biblioteca Nacional.

O portal Brasileira Fotográfica possui a ferramenta de zoom, que permite ver detalhes, como o rosto de pessoas em fotos de multidão. Também é possível, registrando-se no site, selecionar imagens e direcioná-las para grupos privados. Salienta-se que a Brasileira amplia as possibilidades de pesquisa e o acesso a documentos fotográficos históricos, sobretudo à distância, sem que o usuário de outras cidades precise, necessariamente, deslocar-se até a cidade do Rio de Janeiro.

A Brasileira Fotográfica dificilmente terá em seu repositório fotografias de todo o Brasil, que contemplem todos os fotógrafos atuantes no século XIX e no início do XX, com temas e personalidades desse período retratados de forma exaustiva, mas desde já apresenta em seu acervo uma amostra significativa do que foi produzido com suas possíveis leituras.

Salienta-se que o portal não foi a primeira coleção intitulada como Brasileira no Brasil. Ela não é pioneira no que diz respeito à formação de coleções de imagens, livros e documentos sobre a nação brasileira. Ela faz parte, portanto, de um conjunto de iniciativas que procurou

---

<sup>31</sup> Neste texto a expressão Fundação Biblioteca Nacional poderá ser eventualmente substituída por FBN. Neste texto a expressão Instituto Moreira Salles poderá ser eventualmente substituída por IMS.

delinear parâmetros e definições sobre o que constitui a denominada “brasildade”. Neste sentido, segue a cronologia das iniciativas de brasileiras no Brasil.

**Quadro 4 - Cronologia de iniciativas Brasileiras no Brasil**

ANO	CARACTERIZAÇÃO
1863	Primeira publicação intitulada brasileira foi o livro “Brasilianas” em 1863, do autor Manoel de Araújo Porto Alegre <sup>32</sup> , escritor, jornalista e desenhista, responsável por parte relevante dos registros iconográficos do Brasil no século XIX.
1931	A Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional, a primeira a utilizar o termo brasileira para representar uma coleção estruturada com livros sobre o Brasil que foram publicados em território nacional.
1936	Cinco anos após o lançamento da primeira iniciativa carregando o nome de brasileira, surge a Coleção Brasileira da José Olympio Editora, como foco nas temáticas de história e sociologia, composta por livros, ensaios e obras literárias.
1958 <sup>33</sup>	Rubem Borba de Moraes <sup>34</sup> publicou o seu livro intitulado “Bibliografia Brasileira”. Abordando um conjunto de descrições e comentários sobre obras raras dedicadas a temas relacionados ao Brasil, publicados entre 1504 e 1900.
2007	O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) baseou-se nessa definição para o estabelecimento da instrução normativa que classifica: “Coleção Brasileira: livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808.” <sup>35</sup>

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro 4 apresenta de forma sucinta as primeiras iniciativas de brasileiras desenvolvidas no Brasil. No dicionário Aurélio (1977), o termo é definido de modo bem mais

<sup>32</sup>Ressalta-se que Porto Alegre esclarece o desejo de criar uma coletânea de livros com esta temática e justifica-se a escolha do título de sua obra. Objetivando-se defender a literatura brasileira, e desse modo, cita os periódicos intitulados Minerva Brasiliense, que existiram entre os anos de 1843 e 1845. Assim, percebe-se que a terminologia Brasileira já perpetuava meados de 1800.

<sup>33</sup>A primeira edição da Bibliographia Brasileira, de 1958, e a segunda, de 1983, de Rubens Borbas de Moraes, apresenta uma notável presença de autores “brasileiros”. Esse fato deve-se ao crescente número de inscitos e pesquisadores nascidos no Brasil, durante este período, e que começaram a se interessar e publicar na segunda metade do século XX.

<sup>34</sup>Rubens foi um reconhecido bibliófilo e um dos principais responsáveis por conceituar e difundir o termo “brasiliiana”. O termo, apesar de utilizado no século XIX, recebeu a definição pelo bibliófilo, em 1965, na primeira edição do seu livro “O bibliófilo aprendiz”, que mais se popularizou: “[...] proponho que se classifiquem como Brasileira todos os livros sobre o Brasil, impressos desde o século XVI até fins do século XIX, e os livros de autores brasileiros, impressos no estrangeiro até 1808”. (MORAES, 2005, p. 176). A definição contempla as fontes datadas a partir do século XVI, quando começam a circular os primeiros mapas e livros sobre a América Portuguesa, abrangendo também pinturas e estudos científicos sobre a natureza do país, difundidos ao longo do século XIX.

<sup>35</sup>Instrução Normativa nº 01, 11 de junho de 2007, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, Art. 3º, inciso IX, alínea a”. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/sobre-a-colecaobrasiliana-da-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

amplo: “Coleção de livros, publicações, estudos, acerca do Brasil”, podendo ser estendido a documentos fotográficos, iconográficos, audiovisuais ou tridimensionais relacionados à temática brasileira. Que pode ser visto em iniciativas contemporâneas, denominadas brasileiras, como é o caso da Brasileira Fotográfica.

O portal Brasileira Fotográfica inova com a utilização do conceito aplicado a fotografias, uma vez que anteriormente o termo brasileira era utilizado para designar, predominantemente, coleções bibliográficas raras produzidas fora do Brasil, por autores estrangeiros para tratar temas relacionados ao país. Esses livros impressos eram considerados valiosos para a concepção da representação do Brasil no exterior.

Neste sentido, a Brasileira Fotográfica faz parte de um contexto mais amplo de iniciativas que têm como objetivo a disponibilização de acervos digitalizados de museus, bibliotecas e de centros de memória e documentação. À medida que esses documentos se tornam acessíveis em formato digital e on-line, um maior número de análises, identificações e interpretações é possibilitado.

O principal objetivo de incorporar a Brasileira Fotográfica a pesquisa foi a sua importância como lugar de memória, incorporando no seu acervo fotografias do século XIX e início do século XX.

O portal é um ambiente de Curadoria Digital, desenvolvido em dois ambientes, WordPress e Dspace. A cronologia de fotógrafos é organizada através dos anos em que os fotógrafos registraram as imagens, além disso, pode ser consultada por ordem alfabética.

O acesso as fotografias podem ser através de quatro categorias, data, autor, assunto e local. Neste cenário, observa-se a importância da coleção no ambiente digital ao conectar acervos de fotografia analógica com o público através da Internet com ajuda de curadores. Além disso, a coleção apresenta características que podem facilitar a conservação do patrimônio histórico e cultural incentivando a comunicação entre o passado e o presente. Mediando a memória contida no conteúdo dos objetos colecionados no acervo.

#### 4 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa se caracteriza através de uma abordagem qualitativa, definida como estudo observável para fins de conhecimento, descrevendo estrutura e funcionamento, abordando a relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo e a natureza do contexto social.

A pesquisa qualitativa é um processo de investigação que obtém dados do contexto em que os eventos ocorrem, em uma tentativa para descobri-los, como uma forma para determinar os processos nos quais os eventos estão localizados e as perspectivas dos indivíduos que deles participam, utilizando a indução para derivar as possíveis explicações baseadas nos fenômenos observados. (Gorman; Clayton, 1997, p. 23).

Quanto à finalidade, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, pois proporcionou familiaridade com o tema da investigação e possibilitou a construção do referencial teórico e metodológico de base para a investigação. Além disso, é caracterizada como Estudo de Caso pois buscou analisar a Preservação e Curadoria Digital do Portal Brasileira Fotográfica.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi dividida em quatro etapas conforme a síntese descrita a seguir: A primeira etapa consiste em uma revisão bibliográfica em livros, artigos, sites e informações disponíveis em bases de dados, que contribuiram para a construção da fundamentação teórica e conceitual dos termos centrais desta pesquisa, são eles: Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital, Patrimônio, Memória, Curadoria Digital e Preservação Digital.

Na segunda etapa foi realizada a análise estrutural do portal Brasileira Fotográfica, pertencente a uma instituição pública (BN) e privado (IMS), onde foram observados a organização e arquitetura da informação para o desenvolvimento de coleções digitais, o software utilizado, os metadados e o formato dos documentos.

Na terceira etapa foram aplicadas entrevistas com os curadores do portal. As perguntas variaram sobre como é o processo de curadoria e preservação digital, as estratégias e critérios utilizados para seleção de imagens e a correlação com os conceitos de memória e patrimônio. As entrevistas aconteceram em formato online pela plataforma Google Meet e duraram cerca de 40 minutos. As perguntas seguiram, a princípio o roteiro apresentado nos anexos, mas ao longo da conversa outras questões surgiram e os entrevistados ficam livres para responder e conversar sobre outros temas. De uma amostra de 5 pessoas, apenas 3 retornaram o meu contato,

que em primeiro aconteceu pelo e-mail. Todas as entrevistas aconteceram no mês de julho do ano de 2023. Após solicitar permissão, gravei as falas e transcrevi para compor a análise de dados da dissertação.

Na quarta e última etapa apresenta-se uma análise estruturada a proposição de diretrizes de uma política de preservação digital em pró de uma memória nacional.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Ao analisar a estrutura do portal, observou-se os elementos pertinentes à curadoria digital, tais como a organização e arquitetura da informação, software, metadados e formatos dos documentos.

### **5.1 Análise da estrutura de Curadoria Digital do portal Brasileira Fotográfica**

Em uma primeira análise observou-se que o portal Brasileira Fotográfica foi desenvolvido em dois suportes (softwares) e se mantém assim até os dias atuais. Na sua implementação foram utilizados os softwares WordPress<sup>36</sup> e o Dspace<sup>37</sup>. Para a interface em WordPress foi escolhido um modelo de gestão de conteúdo de fonte aberta (open source).

Em WordPress a arquitetura da informação foi desenvolvida com os dados relativos ao próprio portal, seus objetivos, missão, parceiros, uso de imagens, posts e pesquisa.

---

<sup>36</sup> Software livre para construção e gerenciamento de páginas na internet

<sup>37</sup> O DSpace Institutional Digital Repository System (projeto colaborativo da MIT Libraries e da HewlettPackard Company) é um projeto orientado à criação de repositórios institucionais e à preservação digital. Foi desenvolvido para possibilitar a criação destes repositórios com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade de documentos, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada. É um software livre que, ao ser adotado pelas organizações, transfere a elas a responsabilidade e os custos com as atividades de arquivamento e publicação da sua produção institucional. Resumo a partir da definição do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

**Figura 4 - Interface da Brasiliana Fotográfica em WordPress**



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/>

**Figura 5 - Interface da Brasiliana Fotográfica em WordPress**



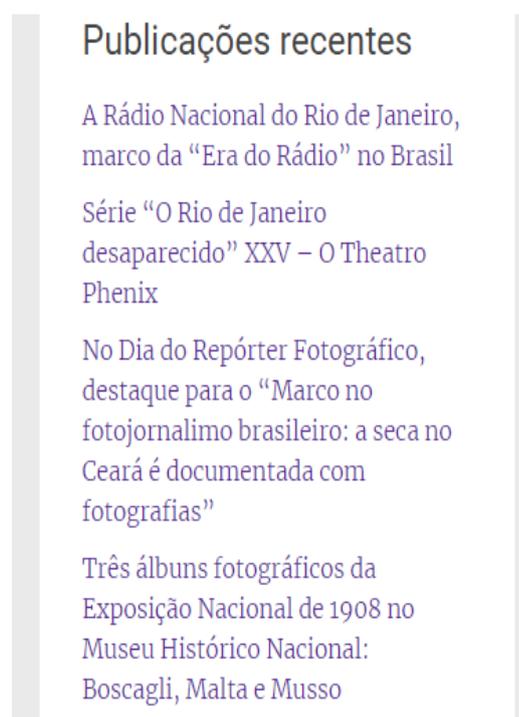
Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/>

Nas figuras 4 e 5 é possível visualizar na aba superior as seções que categorizam a informação. Em “início” são publicados os posts semanais de escritores e jornalistas que exploram temáticas comemorativas, como por exemplo, o Dia Internacional da Mulher Negra Latina Americana, como também, homenagens a pessoas e lugares, como por exemplo, o centenário do Palácio Pedro Ernesto.

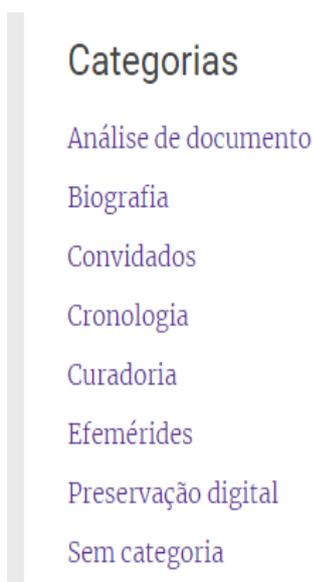
**Figura 6 - Taxonomias no ambiente virtual**

Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/>

A figura 6 demonstra a organização do ambiente virtual através de taxonomias, no exemplo acima a taxonomia apresentada são publicações em ordem cronologia. Além disso, existem outros filtros, como: publicações recentes, categorias e palavras-chave.

**Figura 7 - Filtro de publicações recentes**

Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/>

**Figura 8 - Filtro de categorias**

Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/>

**Figura 9 - Filtro de palavras-chave**

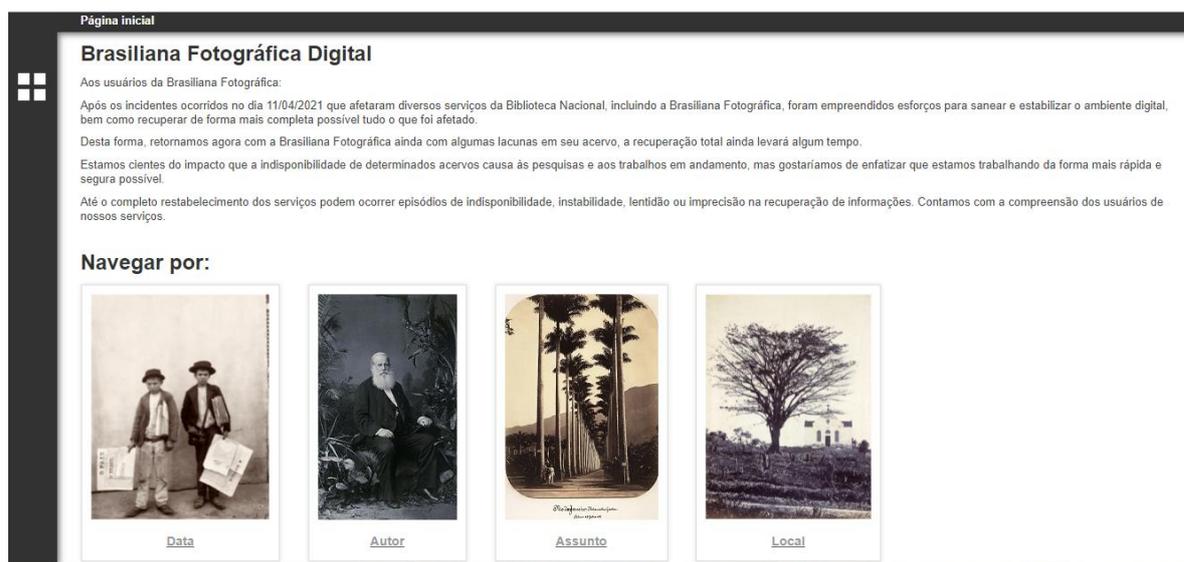
Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/>

As figuras 7, 8 e 9 mostram as taxonomias por filtros que são utilizadas para acesso e recuperação da informação no ambiente virtual do portal, existem ao total quatro filtros. Essas taxonomias são organizadas como palavras-chave e por categorias de assunto. Os posts mais

recentes são organizados por ordem de publicação e por título. As categorias que dão acesso às informações referentes ao blog são organizadas em ordem alfabética. E, por fim, as palavras-chave que são recorrentemente utilizadas e pesquisadas.

A interface de hospedagem e consulta ao acervo foi desenvolvida a partir do programa de dados DSpace, considerado um software especializado em conservação e disseminação da informação.

**Figura 10 - Interface da Brasileira Fotográfica em Dspace**



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/>

Na figura 10 apresenta a organização e categorização da informação no ambiente de desenvolvimento de coleções, o Dspace.

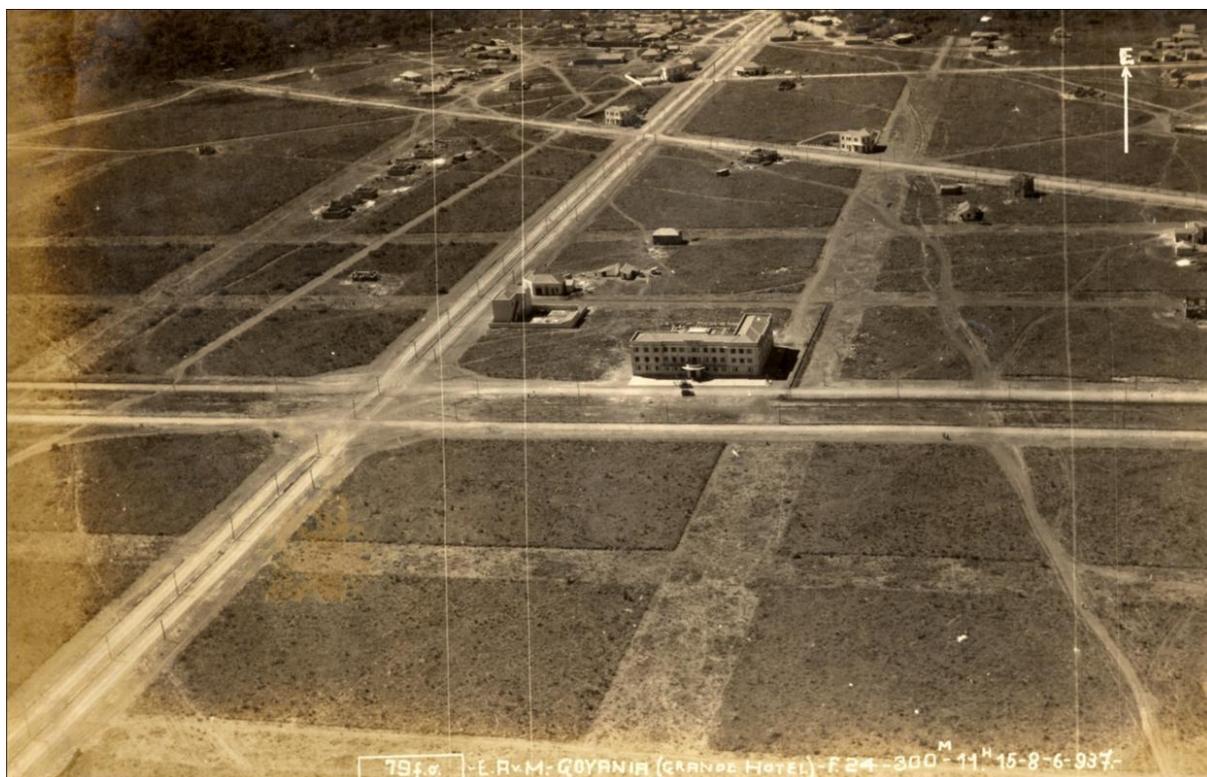
A navegação pelo acervo é feita por quatro tópicos, são eles: data, autor, assunto e local. Salienta-se que esta é uma determinação padrão de categorização automático do Dspace. Na categoria data existem atualmente dez mil trezentas e noventa e duas imagens, estão organizadas por uma ordem cronológica e crescente. As datas correspondem a 1800 até 1930. Já na categoria autor, existem atualmente quatrocentas e cinquenta e cinco imagens, organizadas em ordem alfabética, os autores são os respectivos proprietários das imagens e podem ser autores nacionais e internacionais.

Em assunto, encontram-se atualmente seis mil novecentos e treze imagens<sup>38</sup>, organizadas também em ordem alfabética, assim como os autores, representam os assuntos

<sup>38</sup> Os dados foram coletados no mês de julho de 2023.

correspondentes de cada fotografia, temos a seguir como exemplo na figura 11 “o grande hotel em Goiânia” que representa o prédio em um grande espaço de terra e foi acrescentada a dissertação como exemplo.

**Figura 11- Grande hotel de Goiânia**



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/browse?value=%22Grande+Hotel%22+em+Goi%C3%A2nia&type=subject>

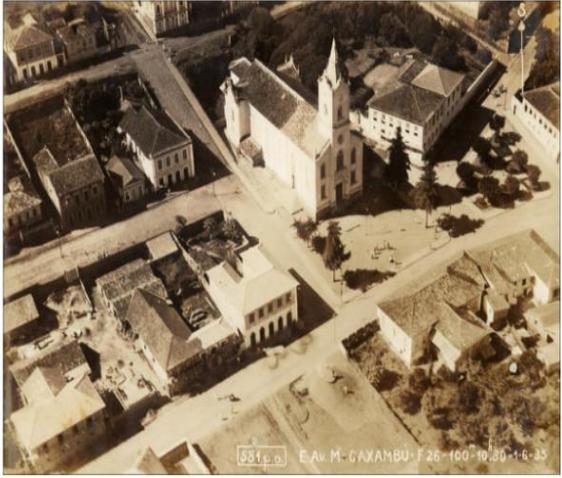
As fotografias são digitalizadas pelas instituições parceiras que submetem as imagens a Brasiliana Fotográfica, cada instituição tem um login e senha que individualiza o acesso, após esse momento o patrimônio documental é analisado e se não houver barreiras ele é disponibilizado para acesso. Todas as fotografias estão em alta resolução que permite que as imagens possam ser ampliadas através do zoom.

Além disso, o portal utiliza o padrão de metadados Dublin Core Simple para descrever as imagens, com 5 campos descritores é um modelo abrangente e pode ser modificado de acordo com a necessidade das imagens.

**Figura 12 - Vista Aérea de Caxambu**

Página inicial → Brasileira Fotográfica Digital → Museu Aeroespacial → Ver item

Compartilhar no Facebook



**Vista Aérea de Caxambu**  
Escola de Aviação Militar

**Data:**  
01-06-1935

**Descrição:**  
Fotografia Aérea; Foco 26; Altitude 100 m; 10:30 h

**Localidade:**  
Caxambu, MG

**Fonte:**  
Foto Obliqua 394; Album 0261

[Acesse o acervo da Instituição de origem](#)

Este item aparece na(s) seguinte(s) coleção(s)

- Museu Aeroespacial

Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/11462>

Na figura 12, observa-se os metadados descritores, são eles: descrição da imagem que apresenta as suas dimensões, localidade, fonte e a instituição parceira que forneceu a imagem. Através do link o interessado é redirecionado para o Web Site da instituição custodiadora tendo a possibilidade de visualizar a imagem na integra.

Além disso, as imagens devem seguir uma série de normas que serão apresentadas em sequência.

**Quadro 5 - Instruções para as imagens**

<b>Elementos</b>	<b>Característica</b>
Os arquivos de imagem do ponto de vista da preservação	100% original O modo máximo RGB/16 bits <sup>39</sup> e mínimo 8 bits Espaço de cor Adobe RGB 1998
Resolução	300 ppi <sup>40</sup> Desativar ajustes de correção e utilizar o cartão de escala de cinza
Formato	JPG
Tamanho	4.000 pixels ou 35 cm
Bits por cor	Mínimo de 8 bits

Fonte: Elaborada pela autora

O quadro 5 exibe as instruções que todas as imagens, ao serem submetidas ao portal devem seguir. As instituições parceiras realizam essa atividade, mas antes de serem publicadas na brasileira, os curados realizam uma última conferência.

Em sequência, apresenta-se as entrevistas realizadas aos três curadores do portal com o intuito de conhecer de forma mais aprofundada o desenvolvimento da curadoria, a preservação digital dos documentos, bem como os possíveis problemas que possam surgir na ausência de uma política de preservação digital.

## **5.2 Curadoria do Portal Brasileira: memória e patrimônio nacional**

Nesta etapa três curadores do portal foram questionados sobre o funcionamento e desenvolvimento da curadoria, preservação e como esses termos dialogam com a memória e o patrimônio nacional dentro deste ambiente virtual, a Brasileira Fotográfica.

### *5.2.1 Entrevistas*

<sup>39</sup> O bit é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida.

<sup>40</sup> O ppi refere-se ao número de pixels contido dentro de uma polegada de uma imagem exibida no monitor do computador.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistados três curadores responsáveis pela preservação e curadoria digital do portal. As entrevistas tiveram como foco principal analisar o processo de curadoria e a preservação das imagens na Brasileira.

As entrevistas aconteceram no formato online, pela plataforma Google Meet e os dias escolhidos foram de acordo com a disponibilidade dos curadores. Três curadores retornaram o meu contato por e-mail e se colocaram a disposição para a nossa conversa, de um total de cinco pessoas que entrei em contato. A conversa durou cerca de 40 minutos, a princípio o roteiro disponibilizado no anexo foi seguido, mas ao longo da entrevista os curadores sentiram-se a vontade para tratar outras temáticas, como por exemplo, a preocupação com a obsolescência tecnológica e como isso pode afetar diretamente no portal devido à ausência de atualizações e uma política de preservação digital. Buscou-se analisar as temáticas discutidas pelas três e que são de relevância para entender a ausência e as implicações da Política de Preservação Digital no Portal.

Sobre a temática critérios de seleção, a pergunta realizada foi: Quais são os critérios de curadoria das imagens para compor o Portal Brasileira Fotográfica? Neste sentido, os três curadores responderam:

*Entrevistado 1: Os critérios de curadoria da Brasileira Fotográfica levam em consideração a data de produção da imagem, aproximadamente até a década de 1930; se está em domínio público, ou seja, se a fotografia foi produzida há mais de 70 anos; se está digitalizada e catalogada; se é representativa de determinada região do país, acontecimento histórico ou contexto social.*

*Entrevistado 2: Do ponto de vista curatorial observa-se que o portal coleciona documentação fotográfica com recorte temporal do século XIX e início do século XX. A curadoria é baseada no diálogo ativo entre as instituições. O portal é caracterizado pelo sentido mais quantitativo, já que não existem limites de fotografias que as instituições possam submeter. Além disso, ressalta-se que a plataforma tem grandes potenciais de expansão territorial e de pesquisa acadêmica. O desejo da brasileira é agregar mais imagens de diversas localidades do Brasil, este é um grande desafio, tratando-se da extensão territorial do país. E, mesmo que de forma indireta, o portal é uma base de informação que serve de fonte de pesquisa.*

*Entrevistado 3: Em alguns momentos a curadoria de imagens é feita baseando nos novos posts, ou seja, se uma publicação fala sobre um determinado assunto e a Brasileira possui poucas imagens no portal é sinalizado para as instituições parceiras que elas submetam*

*imagens referentes ao texto indicado. Na grande maioria das vezes a seleção é delegada pelos curadores aos responsáveis pelo processamento técnico das instituições parceiras, indicando assuntos relevantes para o portal, bem como autores, datas, eventos, temas e ao final realizam uma revisão de conteúdo antes da publicação final.*

Desse modo, observa-se que a construção da curadoria do portal através de fotografias históricas apresenta-se em caráter quantitativo e qualitativo, pela grande quantidade de imagens selecionadas e por representam os acervos de memória preservando o patrimônio documental bibliográfico.

Neste cenário, a Brasileira Fotográfica realiza um movimento de construção da memória como um processo de união de visões de mundo refletidas no tempo e na história materializadas em fotografias. Além disso, o portal pode ser caracterizado como um dispositivo de armazenamento e disseminação de documentos digitais produzidos em decorrência da atividade de colecionismo de fotografias.

As coleções, então, são consideradas objetos de interesse histórico, buscando contextualizá-lo para reconstituir-se a complexa unidade interagente de comportamentos, ideias e objetos da sociedade e da cultura. Os objetos são associados e tratados como representações simbólicas pela sociedade e pelos meios de comunicação e transmissão da informação.

Na perspectiva de Cataldo e Loureiro (2019, p. 18), os objetos desempenham um “papel central [...] nos processos de rememoração”. A constatação de que um objeto frequentemente sobrevive a “seus produtores e usuários originais [...] já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente” (Meneses, 1998, p.21). “As coleções são representações de memória, e trazem em si valores atribuídos por seus colecionadores. [...]” (Ribeiro, 2010, p.6).

Outra temática abordada foi a manutenção dos dados, ao serem questionados sobre: “Como é mantida a autenticidade dos documentos natos digitais e digitalizados?”. Os entrevistados responderam:

*Entrevistado 1: Procuramos não comprimir os documentos uma vez que eles são enviados, procuramos preservar essas características iniciais que cada instituição designou, temos também uma regra de não fazer cortes nas imagens ou edições significativas. Além disso, as imagens são tratadas com o intuito de passar para o pesquisador um cenário muito próximo ao momento em que os fotógrafos tiraram aquelas fotos.*

*Entrevistado 2: A entrada de dados e metadados é feita por algumas ferramentas de síntese nós temos alguns processos de importação e exportação para algumas instituições que é o mais comum, portanto a gente recebe os dados dos representantes digitais das instituições via exportação e importação. Ligada ao portal existem algumas ações que são de entrada direta de dado que é uma ferramenta que o Dspace disponibiliza. E o usuário em si não tem nenhuma interferência do ponto de vista do metadado ele no máximo é direcionado para o contato com a brasileira ou as instituições parceiras para eventuais usos.*

*Entrevistado 3: Não há uma política específica para tratar a autenticidade dos objetos digitais. Não guardamos arquivos-mestres dos acervos disponibilizados pela Brasileira. Cada coleção é gerenciada pela instituição e há controle de acesso ao sistema e ao banco de dados.*

Dessa maneira, existem poucas estratégias que garantem a autenticidade das fotografias. Porém, como em todo ambiente virtual o risco de ataques cibernéticos ainda é uma preocupação.

Em outra questão proposta: “Existem questões sobre obsolescência tecnológica e falas de mídias que tenham comprometido a coleção de curadoria ou possam no futuro?”. Os curadores responderam:

*Entrevistado 1: Em 2022 a BN foi alvo de ataques hacker parcial que foi contido, mas que demandou um trabalho árduo com diversos setores, incluindo a brasileira, o que ocasionou que ela ficasse fora do ar por 10 dias. Enfim, do ponto de vista da obsolescência os investimentos são limitados e o ritmo de atualizações na interface do WordPress e Dspace acontecem de forma bem lenta. Ao longo desses 7 anos mantemos uma interface praticamente inalterada não estou me vangloriando disso, estou querendo dizer que quando a gente mexer e vamos ter que mexer em breve pelo menos ao longo do próximo ano teremos reações variados, pois trabalhamos com um público diverso, enfim, tudo isso são questões que trazem alguns problemas em termos de obsolescência no sentido de software não atualizado, versões não atualizadas, e está no limite do que nós podemos fazer em relação a isso. Quer dizer, está precisando de fato de atualização, mas não tivemos problemas específicos ainda.*

*Entrevistado 2: Ainda não tivemos nenhum problema neste sentido, mas mantemos um monitoramento com relação aos formatos de mídias aceitos no sistema e quanto ao próprio sistema de gestão.*

*Entrevistado 3: Então, como o Entrevistado 1 disse, nós nunca tivemos problemas, fora esse ataque hacker não teve nenhum problema, ela é assim desde 2015, mas queremos*

atualizar. O Template do WordPress é o mesmo desde 2015, os arquivos também não são mudados, as instituições que colocam as imagens e permanecem desse jeito.

Observa-se que a Brasileira devido à falta de investimento em atualizações constantes corre o risco de sofrer ataques e desta forma, dependendo do nível da invasão, perder os documentos depositados no portal. Esse fato, evidencia a importância de estratégias e políticas de preservação digital.

Neste cenário, outra temática abordada foi a preservação digital na Brasileira, os curadores foram questionados sobre: “Quais as políticas e estratégias para garantir a preservação, o acesso e a reprodução no portal?”.

*Entrevistado 1: A Brasileira não possui uma política de preservação digital, a preservação das imagens matriz é de responsabilidade das instituições parceiras, que optam pela melhor ferramenta disponibilizada. A Brasileira é responsável pela disponibilização e manutenção do portal no ar para acesso. Além disso, toda a estruturação de backups está sob responsabilidade da Biblioteca Nacional, porém, o Instituto Moreira Salles pretende dividir, passivamente, o backup de fitas e auxiliar na proteção e guarda desses dados.*

*Entrevistado 2: A Brasileira Fotográfica não é uma instituição sozinha, ela é um consórcio de instituições e cada instituição deposita uma cópia dos arquivos. Então, cada uma dessas instituições acessam uma espécie de comunidade com senha e login. Elas fazem o upload das imagens das instituições e dos metadados básicos que nós pedimos e aí passa para responsabilidade da Biblioteca Nacional e cada integrante vai ter a sua própria política para preservar a imagem matriz. Por exemplo, tem uma instituição que tem em HD, outra tem um servidor, outra tem em nuvem. Cada instituição vai reagir da sua maneira à política de preservação e difusão dessas imagens matriz.*

*Entrevistado 3: A gente por ser um projeto colaborativo foi originado em um trabalho de construção de representantes digitais e metadados das instituições. A preservação desse conteúdo do ponto de vista das imagens ali reunidas e seus metadados são disponibilizadas pelas instituições participantes, então de certo modo, você tem algumas políticas em cada instituição que não são as mesmas, obviamente, então não é algo uniforme sob este aspecto. Então a gente depende da estruturação regular de backups e a gente tem uma política que estamos implantando no IMS para fazer uma divisão passiva de backup de fitas e modos dividindo isso entre a BN. Vai se estendendo para o IMS fornecer uma segunda guarda remota de fitas fotográficas que vão sendo atualizadas, enfim, isso no escopo de backup propriamente dito. Do ponto de vista da preservação digital e as outras ações dimensões associadas ao*

*processamento de acervos. Nesse caso é uma plataforma de difusão então ela não é precisamente uma lógica de preservação digital de acervos no processo de backup e obviamente em arquivos. Enfim, basicamente hoje são conteúdos preservados pelas instituições parceiras, principalmente o conteúdo original que é produzido em torno da mediação da Brasileira.*

Neste cenário, observa-se que a brasileira não possui uma política de preservação digital e é um projeto colaborativa. A preservação das imagens matriz é de responsabilidade das instituições custodiadoras. Para isso, cada instituição depende de verba disponibilizada e profissional qualificado para a realização do serviço.

A fim de analisar alguns processos e estratégias de preservação adotados pelas instituições custodiadoras, apresenta-se em sequência três casos, o Museu Aeroespacial, o Museu Histórico Nacional e a Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz.

O Museu Aeroespacial, uma das instituições custodiadoras, não realiza nenhum processo de preservação digital, em conversa por telefone, a tenente ao ser questionada sobre: “qual a política e estratégias de preservação digital norteia a preservação dos documentos?” informou que:

*Tenente: a preservação digital não é interessante para a instituição, apenas a preservação da imagem física. O que fazemos são apenas cópias para serem disponibilizadas quando houver necessidade.*

O Museu Histórico Nacional está sob a gestão do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e, por isso, não existe uma política de preservação digital que norteie essas ações. A preservação digital não é realizada com frequência e acontece dentro das possibilidades da instituição, que quando é necessário terceirizam uma empresa através de licitação para realizarem o processo - foi assim que todas as imagens disponibilizadas na Brasileira foram repassadas para o portal- a preocupação é a preservação do documento físico. A instituição fornece um HD externo para a empresa prestadora de serviço que devolve com todo os itens digitalizados nos formatos JPEG, TIFF e em alta resolução. Além disso, procuram salvar os dados em HDs externos, e em mais de um suporte.

A Casa Oswaldo Cruz/ Fiocruz possui a sua própria política de preservação digital, bem como o programa de preservação digital e o manual de digitalização. Todos esses processos são realizados no laboratório Manuel Pinto de todas as tipologias documentais presentes na instituição. Apesar da preservação digital ser considerada relativamente cara, dentro desta

instituição ela acontece com constância, visando melhorar as estruturas e o armazenamento dos materiais.

A preservação digital é um termo relativamente novo, que adentrou algumas instituições, mas outras ainda não o fizeram, este fato propõe algumas reflexões. Por que algumas instituições desenvolveram sua política de preservação digital e outras não? Por uma questão financeira e de capacitação profissional? Ou porque não se interessam pela preservação do documento digitalizado e nato digital e sim, apenas pelo documento físico?

Pelas falas dos entrevistados e pesquisa nas instituições, observa-se que a preservação não acontece pelas duas causas. Tanto por uma questão financeira, tratando-se de um serviço caro, que exige profissional qualificado e equipamentos especializados. E, por uma questão da preocupação mais acentuada com a preservação da documentação física.

A fim de descrever as estratégias de preservação adotadas em cada uma das instituições colaboradoras do Portal Brasileira Fotografia, apresenta-se a seguir um quadro descritivo de três casos e suas respectivas estratégias de preservação do documento digital, são elas: A Casa Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Museu da República e a Biblioteca Nacional.

**Quadro 6 – Estratégias e Políticas de Preservação Digital da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz, Biblioteca Nacional e Museu da República**

Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz					
Objetivo	Aspectos legais	Descrição do acervo	Aspectos organizacionais	Riscos	Ações de Preservação
Assume responsabilidade de pela salvaguarda e difusão de bens que integram o patrimônio científico-cultural da Fiocruz.	Existe um termo de doação esclarecendo que cabe a Fiocruz, por meio da Casa de Oswaldo Cruz, a obrigação de organizar, inventariar e conservar a coleção para fins de pesquisa e viabilizar acesso. Também, apoiam-se na Constituição e no Código Civil para direitos de proteção à privacidade, intimidade, vida privada, honra e imagem dos indivíduos.	<p>Formato Digital 673 imagens (total) 410 arquivos em formato CR2<sup>41</sup>; 250 arquivos em formato TIFF; 13 arquivos em formato JPEG.</p> <p>A organização é feita em 4 etapas: 1º identificação 2º organização 3º descrição 4º inserção na Base Arch<sup>42</sup></p>	Guarda, tratamento, preservação e acesso do acervo arquivístico permanente sob responsabilidade da COC cabem ao Departamento de Arquivo e Documentação, por meio de dois de seus serviços: o Serviço de Arquivo Histórico (SAH) e o Serviço de Conservação e Restauração de Documentos (SCRD)	Realiza avaliações constantes para monitorar 3 fatores principais: 1º perda ou corrupção dos arquivos digitais; 2º alteração inesperada ou deliberada dos arquivos digitais; 3º acesso não autorizado aos arquivos digitais	As ações são divididas em 6 etapas: 1º Estruturar arquivos digitais em pacotes informacionais. 2º Copiar metadados técnicos embutidos nos arquivos digitais. 3º Criar planilhas de metadados técnicos e descritivos 4º Gerar soma de verificação dos arquivos digitais 5º Gerar e documentar cópias de segurança (backup) 6º Documentar todos os profissionais que terão autorização para ler, editar, e mover os arquivos

(continua)

<sup>41</sup>Formato tipo RAW, proprietário originário da câmera fotográfica.

<sup>42</sup>Repositório de informações sobre os arquivos permanentes da Fiocruz e revisão.

<b>Biblioteca Nacional</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Aspectos legais</b>	<b>Descrição do acervo</b>	<b>Aspectos Organizacionais</b>	<b>Riscos</b>	<b>Ações de Preservação</b>
O objetivo é ser um documento guia, assegurando que as ações sejam tomadas para garantir a preservação de longo prazo do acervo digital	A política está pautada sob: Constituição Federal Brasileira <sup>43</sup> Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 <sup>44</sup> As leis nº 10.994/2004 e nº 12.192/2010 <sup>45</sup> Lei nº 9.610/1998 <sup>46</sup> Lei nº 8.159/91 <sup>47</sup> Decreto nº 8.297/2014 <sup>48</sup> Decreto nº 8.539/2015 <sup>49</sup>	Formato digital Imagens em formato JPG Resolução das imagens 300 ppi Tamanho 4.000 pixels	A preservação digital é responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional, do criador do documento em formato digital e de todas as áreas e pessoas envolvidas nos processos de criação e manutenção desses documentos.	A gestão de risco oferece ao campo da preservação patrimonial uma metodologia com base no conhecimento técnico e científico, que permite uma visão integrada dos riscos e danos a que estão sujeitos os bens culturais. Fornece subsídios para a otimização da tomada	As ações de preservação são desenvolvidas em 4 etapas: 1º Pesquisa em preservação de acervos 2º Treinamento e Capacitação 3º Avaliação e atualização 4º Financiamento

(continua)

<sup>43</sup>(art. 5º, XXXIII; art. 23, III; art. 216, IV e V) assegura ao cidadão o direito de receber e ter acesso à informação; a proteção dos documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural; e que compõem o patrimônio cultural brasileiro material e imaterial.

<sup>44</sup>Regula o acesso às informações, previstas na CF/1988. Estão subordinadas ao regime desta lei as entidades da administração direta e indireta, de todas esferas e poderes.

<sup>45</sup>Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências e dispõe sobre o depósito legal de obras musicais.

<sup>46</sup>Dispõe sobre direitos autorais.

<sup>47</sup>Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, estabelecendo que é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como 4. Regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

<sup>48</sup> Dispõe sobre o Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional: I - captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional; II - adotar as medidas necessárias para a conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia.

<sup>49</sup>Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

				de decisões dirigidas à conservação do patrimônio cultural. Estabelece prioridades de ação e alocação de recursos para mitigar os diversos tipos de risco ao patrimônio cultural.	
<b>Museu da República</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Aspectos legais</b>	<b>Descrição do acervo</b>	<b>Aspectos Organizacionais</b>	<b>Riscos</b>	<b>Ações de Preservação</b>
Preocupação da preservação do documento físico.	Está associada ao IBRAM, mas a preservação digital não é uma preocupação da instituição, apenas a preservação do documento físico.	JPEG TIFF em alta resolução	Está sob responsabilidade do IBRAM	Perda de dados digitais, autenticidade e integridade dos documentos, bem como a obsolescência tecnológica devido a ausência de política e estratégia de preservação digital	Salvar cópias em computadores pessoais e mais de um HD externo

Fonte: Elaborado pela autora.

**Quadro 7– Descrição das estratégias de preservação da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz, Biblioteca Nacional e Museu da República**

Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz					
Formato	Metadados	Armazenamento	Digitalização	Métodos Estruturais	Métodos Operacionais
CR2 TIFF JPEG	Padrões Dublin Core e EAD (Encoded Archival Description)	HDs e Servidores	<b>Scanner de mesa</b> (flat bed) Documentos planos em folhas simples, ampliações fotográficas <b>Scanner Planetário</b> Documentos planos em folha simples, documentos encadernados e frágeis <b>Câmera digital</b> Documentos em grande formato como mapas e plantas	Adoção de padrões: Sim, para submissão de imagens e o formato das mesmas Elaboração de normas: Sim, para digitalização Formação de Consórcios: Sim, através de parcerias com outras instituições Metadados de Preservação: Sim, em Dublin Core e EAD Montagem de Infraestrutura: Sim, através de serviços	Conservação de Software/Hardware: Sim, através de monitoramento e atualização do sistema Migração de suporte: Não, ainda não houve necessidade. Preservação do conteúdo: Sim, através de diversas estratégias Conservação de formatos: Sim, formatos CR2, TIFF, JPEG Emulação: Não houve necessidade
Biblioteca Nacional					
Formato	Metadados	Armazenamento	Digitalização	Métodos Estruturais	Métodos Operacionais
JPG	Padrões Dublin Core	Data Center da Biblioteca Nacional, em ambiente controlado e com política de uso e	<b>Scanner de mesa</b> (flat bed) Documentos planos em folhas simples, ampliações fotográficas	Adoção de padrões: Sim, para submissão de imagens e o formato das mesmas Elaboração de normas: Sim, para digitalização Formação de Consórcios:	Conservação de Software/Hardware: Sim, através de monitoramento e atualização do sistema Migração de suporte: Não, ainda não houve

(continua)

		segurança para acesso		Sim, através de parcerias com outras instituições Metadados de Preservação: Sim, em Dublin Core Montagem de Infraestrutura: Sim, através de serviços	necessidade. Preservação do conteúdo: Sim, através de diversas estratégias Conservação de formatos: Sim, formato JPG Emulação: Não houve necessidade
<b>Museu da República</b>					
<b>Formato</b>	<b>Metadados</b>	<b>Armazenamento</b>	<b>Digitalização</b>	<b>Métodos Estruturais</b>	<b>Métodos Operacionais</b>
JPEG TIFF em alta resolução	Não possui	HD externo	É realizada por uma empresa terceirizada	Adoção de padrões: Não Elaboração de normas: Não Formação de Consórcios: Não Metadados de Preservação: Não Montagem de Infraestrutura: Não	Não possui.

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 6 apresenta uma descrição entre as políticas de preservação de três instituições. E o quadro 7 apresenta a descrição entre as estratégias de preservação adotadas em cada instituição. É importante ressaltar que o Museu da República não possui uma Política de Preservação Digital e nem protocolos. Não é o caso da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e a Biblioteca Nacional que desenvolveram suas próprias políticas individuais.

De modo geral, a Casa de Oswaldo Cruz e a Biblioteca Nacional assemelham-se às estratégias de preservação, como escolhas de formatos, adoção de padrões de metadados, métodos estruturais e operacionais, digitalização e armazenamento.

Já para o Museu da República, não existe uma política de preservação digital, a maior preocupação é a preservação em papel e a preservação digital é dentro das possibilidades da instituição. Todo o processo de digitalização das imagens é feito por uma empresa terceirizada através de licitação, pois não existe um setor ou equipamentos para a digitalização no Museu da República e nem no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão responsável.

O serviço de digitalização já foi realizado diversas vezes, inclusive para outros tipos de documentos, como mapas, plantas, entre outros. É fornecido pelo Museu da República um HD externo para que a empresa terceirizada armazene todos os documentos digitalizados. Os formatos são sempre solicitados nos formatos JPEG e TIFF, em alta resolução. Não existem protocolos de preservação digital no Museu da República. É realizado apenas os cuidados básicos.

Os responsáveis salvam os dados em dois ou mais HDs externos e existem cópias no computador pessoal. Desde 2022 o IBRAM disponibiliza uma pasta na rede de museus e com isso é possível salvar todos os conteúdos dos HDs no servidor do IBRAM em Brasília. Por fim, é utilizado o SEI para formalizar a contratação de serviços, que antes era no papel.

Neste sentido, observa-se que cada instituição realiza a preservação digital dentro das suas possibilidades e com os recursos fornecidos. Não são todas as instituições parceiras que possuem políticas de preservação ou que possuem estratégias de preservação. Neste sentido, propõe a seguir diretrizes para o desenvolvimento de uma Política de Preservação Digital em pró da memória nacional.

## **6 ANÁLISE ESTRUTURADA PARA A PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL EM PRÓ DE UMA MEMÓRIA NACIONAL**

A preservação digital desempenha um papel fundamental na proteção e promoção da memória nacional. Estabelecer diretrizes sólidas para uma política de preservação digital é essencial para garantir a proteção a longo prazo dos recursos digitais, bem como o acesso e a recuperação deles.

Para o desenvolvimento de uma política é necessário definir e adotar normas e padrões, como por exemplo, a adoção de formatos de arquivos amplamente aceitos como o PDF, JPEG e FLAC. Além disso, utilizar padrões de metadados em todos os documentos, como exemplo, o padrão Dublin Core. Sobretudo, garantir a conformidade com padrões internacionais, como o modelo OAIS (Sistema de Informação Arquivística Aberta), assegurando a longevidade dos dados digitais ao longo do tempo.

A preservação é uma atividade contínua que requer planejamento e avaliação a longo prazo. É fundamental criar estratégias para gerenciar riscos, como obsolescência tecnológica, deterioração física de mídias e ameaças de segurança cibernética. Isso inclui a migração periódica de formatos de arquivo e o armazenamento redundante em locais seguros. Além disso, é importante garantir a sustentabilidade financeira do projeto a longo prazo, considerando os custos de armazenamento, migração e manutenção dos recursos digitais.

É importante destacar que a normatização é um recurso que deve ser seguido pelas instituições, estabelecendo padrões que auxiliam na valorização dos recursos públicos investidos e nos equipamentos de cultura. Oferecendo garantias de preservação e evitando desperdício do dinheiro público, valorizando assim o trabalho dos profissionais que realizam a ação de preservação dos documentos.

A ausência de uma política de preservação digital pode acarretar uma série de problemas e carece problematização em um ambiente virtual como o da Brasileira. Por ser um elemento no espaço de coleções da Biblioteca Nacional. Instituição responsável pela preservação do patrimônio histórico documental e bibliográfico de todo o país.

Em uma possível atualização do portal, presume-se que a autenticidade e a confiabilidade do documento, em caso de quebra da cadeia de custódia, que pode ocorrer no ato de migração do conteúdo para um formato atualizado, pode implicar alterações e adulterações no

documento. Esta inclusive, é uma das preocupações dos curadores. Pois a atualização no sistema da Brasileira não acontece desde a sua implementação em 2015.

Além disso, o portal atua como guarda de memória e é um importante ambiente utilizado como fonte de pesquisa, por diversos cientistas. Caso essas imagens sejam perdidas ocorrerá um grande prejuízo na área financeira e na área acadêmica. Também, os profissionais envolvidos na implementação do portal podem se sentir desvalorizados, observando todo o seu trabalho perdido.

Na atualidade, a dependência cada vez maior da informação digital pelos usuários e a ausência da preservação no portal contribui para a incapacidade do sistema eletrônico de assegurar várias informações a longo prazo. Com isso, observa-se que não existe um prazo estipulado para as fotografias ficarem no WebSite. Até o momento de finalização dessa pesquisa, observou-se que o portal executa suas funções normalmente, entretanto, devido à ausência de uma política de preservação digital não se sabe até quando ficará disponível se não houver novas atualizações.

Neste sentido, os curadores e demais profissionais ficam em alerta, uma vez que esses objetos trazem em seus conteúdos informacionais a memória gerada e preservada de forma individual. E quando são agrupadas com outras fotografias, formam coleções de memória inteiras, reforçando as relações entre memória individual e memória coletiva.

As fotografias fornecem sinais para entender a nossa relação com a cultura do passado, que de certa forma se torna parte do nosso cotidiano em uma constante construção e reconstrução de memórias e histórias. Assim sendo, as imagens representam a história, das instituições, das pessoas e dos lugares e dessa forma desempenham um papel importante nos processos de rememoração.

Esse processo é constituído na promoção e construção de novos significados, visto que novos elementos são agregados ao que está sendo lembrado, ou seja, é uma experiência profundamente pessoal e culturalmente significativa. Ao explorar as imagens históricas do portal os usuários são transportados para diferentes momentos no tempo, revivendo memórias, e reconectando-se com pessoas e lugares do passado. As fotografias funcionam como poderosos gatilhos mnemônicos, ativando lembranças e emoções que podem ter sido há muito esquecidas.

As coleções de memória visual permitem recordar eventos específicos, auxiliam na reconstrução de narrativas sobre nossas vidas e sociedades. As fotografias capturam instantâneos da história, documentando não apenas momentos individuais, mas também

tendências culturais, mudanças sociais e desenvolvimentos tecnológicos ao longo do tempo. Neste sentido, ao explorar a Brasiliana, os usuários podem obter insights valiosos sobre a evolução da sociedade e da identidade coletiva.

Dessa maneira, o processo de rememoração através de coleções de memória desempenha um papel importante na preservação do patrimônio cultural. A Brasiliana ao valorizar e compartilhar essas imagens, está contribuindo para a manutenção e transmissão da memória coletiva para as gerações futuras. Portanto, os acervos fotográficos não apenas conservam o passado, mas também inspiram novas reflexões e interpretações sobre a nossa história comum.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa investigou o processo de curadoria e preservação na Brasileira Fotográfica, portal desenvolvido e divulgado dentro do ambiente virtual da Biblioteca Nacional. Para alcançar os objetivos propostos utilizou-se como ferramenta a análise estruturada do portal, observando todos os elementos referentes a Curadoria e Preservação Digital.

Para além disso, observou-se a rica contribuição da coleção de memória em estudo como mecanismo ampliador de acesso ao acervo de memória nacional. Tratando-se de fotografias históricas do século XIX e início do século XX, onde é possível perceber os costumes da época.

Em uma primeira análise, foi realizado o levantamento bibliográfico em artigos, teses e dissertações, entre outros documentos, a fim de conceituar as temáticas que nortearam a pesquisa, coleções de memória, biblioteca nacional, biblioteca nacional digital, preservação digital e curadoria digital dentro do contexto da ciência da informação.

Em sequência, após determinar e correlacionar estas conceituações, analisou-se o portal e os elementos pertinentes a curadoria, como os softwares utilizados, os metadados, o formato dos documentos, a arquitetura da informação e os critérios de seleção das imagens.

Ao finalizar esta etapa, buscou-se identificar qual política de preservação norteava o portal e identificou-se que a Brasileira não possui este documento, apesar de ser um acervo de memória dentro do ambiente da Biblioteca Nacional. Dessa maneira, a preservação da imagem matriz é de responsabilidade das instituições parceiras e a Brasileira Fotográfica reúne essas imagens disponibilizando o acesso.

Neste sentido, optou-se por propor diretrizes para o desenvolvimento de uma política de preservação digital em pró da memória nacional, baseando nas leituras e interpretações coletadas no referencial teórico.

A Curadoria apresenta grande relevância e pode ser aplicada em diversos contextos. Para tanto é necessário pensar em políticas públicas que garantam o seu regulamento e acesso na contemporaneidade.

Pode-se destacar como *insight* dessa pesquisa, a necessidade de desenvolvimento de programas de educação digital para capacitar usuários a compreenderem a potência das coleções memória em fotografia. Promover o acesso equitativo a informação, garantindo que qualquer pessoa e comunidade possam acessar esses conteúdos, pode ser considerada uma ação de cidadania que corrobora com o conceito e função da preservação do patrimônio documental feito no âmbito da Biblioteca Nacional.

Um outro entendimento, mas que deve ser abordado em trabalho futuros, trata sobre a necessidade de desenvolvimento, para além das políticas de preservação digital, políticas para proteger a privacidade dos usuários durante o processo de curadoria digital, garantindo que as informações pessoais não sejam utilizadas de forma indevida ou compartilhadas sem consentimento explícito.

Neste cenário, é necessário profissionais qualificados e aptos para o acompanhamento e desenvolvimento da Curadoria. Para isso, é importante desenvolver currículos acadêmicos que incorporem cursos e disciplinas relacionados à curadoria digital, incluindo princípios de organização da informação, gestão de conteúdo digital, avaliação de fontes online e ética digital. Oferecer programas de treinamento e capacitação contínuos para bibliotecários, focados em habilidades práticas necessárias para a curadoria digital, como pesquisa avançada na internet, uso de ferramentas de curadoria e análise de métricas de engajamento online.

Salienta-se ainda que promover o desenvolvimento de competências criativas entre os bibliotecários, incentivando a experimentação, a inovação e o pensamento crítico na curadoria digital, permitindo que eles encontrem soluções criativas para os desafios enfrentados nesse contexto faz-se primordial. Garantir que os profissionais da informação, potenciais curadores de coleções digitais, tenham acesso a recursos e ferramentas adequados para realizar a curadoria digital de forma eficaz, incluindo acesso a bancos de dados, software de gestão de conteúdo, ferramentas de análise de dados e plataformas de mídia social.

Desta maneira, pode-se garantir o a Curadoria Digital/informacional estruturada por políticas de preservação de dados e objetos digitais. Derivada de processos formativos de profissionais competentes a atuarem nesses espaços de guarda e preservação do patrimônio nacional.

## REFERÊNCIAS

- ABBOT, D. What is digital curation? 2008. Disponível em: <http://www.dcc.ac.uk/resources/briefing-papers/introduction-curation/what-digital-curation>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- ABDELAZIZ, Abid 1998 *Memoria del Mundo: conservando nuestro patrimonio documental*, México, Comisión Nacional de los Estados Unidos Mexicanos para la UNESCO/ UNAM/UAEM, 39 pp.
- ANDRADE, R, M, N. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação - o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **UNESP – FCLAs – CEDAP**, v.4, n.2, p. 17-34, jun.2009. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41> . Acesso em: 15 dez. 2022.
- ARELLANO, M, A, M. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2008. 354f. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/11884842.pdf> . Acesso em: 15 dez. 2022.
- ASSOCIATION FOR LIBRARY COLLECTIONS and TECHNICAL SERVICES. Definitions of digital preservation. ALA Annual Conference, Washington, D.C., June 24, 2007. Disponível em: <https://www.ala.org/alcts/events/ac/2007>. Acesso em 07 jul. 2023.
- BEAGRIE, N. Digital Curation for Science, Digital Libraries, and Individuals. *International Journal of Digital Curation*, v. 1, n. 1, p. 3-16, nov. 2006. Disponível em: <http://www.ijdc.net/index.php/ijdc/article/view/6/2> . Acesso em: 14 jun. 2022.
- BEIGUELMAN, G. **Curadoria de informação**. Palestra, USP, 2011. Disponível em: <http://www.slideshare.net/gbeiguelman/curadoria-informacao> .
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL. BNDigital do Brasil. Rio de Janeiro: BNDigital, 2022. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/> . Acesso em: 24 out. 2022.
- BOERES, S. A. A.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Políticas e estratégias de preservação de documentos digitais. In: CINFORM, 4., 2005, Salvador, BA. Proceedings... Salvador, BA: **Diálogo Científico**, 2005. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000263>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- BRAÑES, Raúl 1993 "El objeto jurídicamente tutelado por los sistemas de protección del patrimonio cultural y natural de México", en Enrique Florescano (comp.), *El patrimonio cultural de México*, México, CNCA/FCE, pp. 381-405.
- CALDEIRA, A. P. Ramiz Galvão e a ideia de biblioteca como vitrine da Nação: modelos europeus e trocas culturais no processo de modernização da Biblioteca Nacional. **Historia (São Paulo)**, v.34, e24, 2017.
- CAMPOS, F. M. A biblioteca nacional e a memória digital do patrimônio bibliográfico português: a experiência da biblioteca nacional digital. **Cadernos BAD (Portugal)**, n. 2, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82364> . Acesso em: 23 jan. 2023.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, C, P, J; ALMEIDA, C. C. de. O colecionismo bibliográfico particular e o institucional: breves reflexões sobre suas convergências e divergências. v. 28 (2019): XXVIII CBBB, Vitória - ES. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2330> . Acesso em: 06 jun. 2023.

CASTILHO, C. A. V. **O papel da curadoria na promoção do fluxo de notícias em espaços informativos voltados para a produção e conhecimento**. 2015. 155f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CHEPESUIK, R. The future is here: America's libraries go digital. *American Libraries*, v. 2, n. 1, p. 47-49, 1997.

CHILVERS, A. H. **Managing long-term access to digital data approach: a metadata approach**. Inglaterra: Loughborough University, 2000.

CORRÊA, E, N, S. **Curadoria digital e o campo da comunicação**. São Paulo: ECA/USP, 2012, p. 79.

CUNHA, M. B. Bibliografia sobre o fluxo do documento na biblioteca digital. **DataGramZero**, v. 10, n. 5, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6959> . Acesso em: 30 jan. 2023.

DADOS DE PESQUISA ABERTOS. A importância do modelo OAIS enquanto meio de preservação digital. 2019. Disponível em: <https://dadosdepesquisa.rnp.br/?p=358> . Acesso em: 06 fev.2023.

DALLAS, C. An Agency-oriented Approach to Digital Curation Theory and Practice. In: INTERNATIONAL CULTURAL HERITAGE INFORMATICS MEETING (ICHIM07), 2007, Toronto. Proceedings... Toronto: **Archives & Museum Informatics**. 2007. Disponível em: <http://www.archimuse.com/ichim07/papers/dallas/dallas.html> . Acesso em: 06 fev. 2023

DCC. DIGITAL CURATION CENTRE. **What is Digital Curation?** Edinburgh: University of Edinburgh, c2004-2016a. Disponível em <https://www.dcc.ac.uk/about/digital-curation> . Acesso em: 14 jun. 2022.

ESCAMILLA, Gloria 1995 *Interpretación catalográfica de los libros*, 2a ed., México, Instituto de Investigaciones Bibliográficas-UNAM, 237 pp.

FERREIRA, Miguel. Introdução à Preservação Digital: conceitos, estratégias e atuais consensos. Guimarães, Portugal: **Escola de Engenharia da Universidade do Minho**, 2006. Disponível em: <extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf> . Acesso em: 24 jul. 2015.

FLORESCANO, Enrique (comp.) 1993 "El patrimonio cultural y la política de la cultura", en Enrique Florescano (comp.), *El patrimonio cultural de México*, México, CNCA/FCE, pp. 9-18.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Brasileira Fotografica. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: FBN, 2022. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/> . Acesso em: 14 jun. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Exposições. BNDigital. Rio de Janeiro: FBN, 2022. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/>. Acesso em: 23 out. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Histórico. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sobre-bn/historico>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Política de Preservação Digital. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: FBN, 2020. 36 p. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/documentos/politica-preservacao-digital-biblioteca-nacional-ppdbn> . Acesso em: 15 dez. 2022.

GALVÃO, Ramiz. Bibliothecas Públicas de Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, 1875a, anexo D. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875a. Anexo D, p. 1-82.

GARCÍA, Idalia 2001 Miradas aisladas, visiones conjuntas: defensa del patrimonio documental mexicano, México, UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad)-UNAM, 330 pp.

GRINGS, L.; DODEBEI, V. os labirintos da biblioteca nacional: trajetória política do lugar de memória brasileiro. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/189860> . Acesso em: 15 ago. 2022.

HARVEY, Ross. **Digital Curation: a how-to-do-it manual**. New York: Neal-Schuman, 2010.

HEDSTROM, M. Digital preservation: a time bomb for digital libraries. 1996. Disponível em: [www.uky.edu/~kiernsm/DL/hedstrom.html](http://www.uky.edu/~kiernsm/DL/hedstrom.html) . Acesso em: 06 fev.2023.

HIRTLE, P. Editorial: OAI and OAIS: what's in a name? **D-Lib Magazine**, v. 7, n. 4, Apr. 2001. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/april01/04editorial.html>. Acesso em: 06 fev.2023.

INTERNATIONAL FEDERATION LIBRARY ASSOCIATION (IFLA) 2009 *IFLA/FAIFE: Free Access to Information and Freedom of Expression: Statement on Libraries and Intellectual Freedom*. Disponível em: [www.ifla.org/V/press/pr990326.html](http://www.ifla.org/V/press/pr990326.html) . Acesso em: 10 ago. 2023.

JUVÊNCIO, C. H. A biblioteca, o nacional e a modernidade na belle époque carioca. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 35, n. 1, p.256-273. Jan/jun. 2021.

JUVÊNCIO, C. H. Símbolos e representações: a biblioteca “do” Nacional. **Anais Biblioteca Nacional**, 132.

- LEE, C. A.; TIBBO, H. Where's the Archivist in Digital Curation? Exploring the Possibilities through a Matrix of Knowledge and Skills. **Archivaria**, v. 72, p.123-168, 2011. Disponível em: <https://ils.unc.edu/caltec/p123-lee.pdf> . Acesso em: 06 fev. 2023.
- LIU, S. B. Trends in Distributed Curatorial Technology to Manage Data Deluge in a Networked World. **UpGrade**, v. 12, n. 4, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.cepis.org/upgrade/midia/liu.IV.20101.pdf> . Acesso em: 02 jul. 2016.
- LONGAIR, S. **Cultures of Curating**: The Limits of Authority. *Museum history journal*, v. 8, n. 1, p. 1-7, Jan. 2015.
- MARTINS, M. M. S. Curadoria digital nos acervos de cultura e memória:. **Memória e Informação**, v. 5, n. 2, p. 81-100, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168949>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- MENESES, Felipe 2005 La defensa del patrimonio bibliográfico-bibliotecario-documental ante las políticas neoliberales. 2º Parlamento Alterno de Cultura y Educación, 9 al 11 de marzo de 2005, México, Instituto de Investigaciones Antropológicas-UNAM / **Escuela Nacional de Antropología e Historia**. Disponível em: <http://vientos.info/pace/node/55>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Rev. Hist. Bras.** São Paulo, 34:9-24, 1992.
- MOLINA, L. G; SANTOS, J. C dos. Curadoria Digital: novos suportes documentais e a preservação da memória. **Prisma**, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma/article/view/5481>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- MONTE-MÓR, Jannice. Patrimônio Bibliográfico e a Problemática das Bibliotecas Nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987.
- NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA. Guidelines for the preservation of digital heritage. Paris: **Unesco**, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130071e.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, (10), dez. 1993, p.7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> . Acesso em: 15 dez. 2022.
- OLIVÉ, Julio César 1995 "Estado, nación y patrimonio", en Jesús Antonio Machuca, M. A. Ramírez e Irene Vázquez (eds.), *El patrimonio sitiado: el punto de vista de los trabajadores*, México, **INAH**, pp. 21-29.
- PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, vol. 20, núm. 58, septiembre-diciembre, 2013, p. 31-58. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-16592013000300003](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003) . Acesso em: 15 jun. 2023.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. Valores sociales y valores patrimoniales: elementos para determinar la significación del patrimonio documental. **BIBL. UNIV.**, enero-junio, 2013, vol.16, no.1, p.33-45.

RAMOS, D. O. Anotações para a compreensão da atividade do “Curador de Informação Digital”. CORRÊA, E, N, S. Curadoria digital e o campo da comunicação. São Paulo: **ECA/USP**, 2012, p. 11-21.

RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, v. 21, n. 2, p. 243-262, 2015. DOI: 10.19132/1808-5245212.243-262 Acesso em: 01 fev. 2023.

SANTOS, T. N. C. **Curadoria digital**: o conceito no período de 2000 a 2013. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Curadoria Digital: um novo patamar para a preservação de dados digitais de pesquisa. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179-191, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12224>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SIEBRA, S.A; BORBA, V. R; MIRANDA, M. K. F. O. Curadoria Digital: um termo interdisciplinar. **Informação & Tecnologia**, v.3, n.2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/38408>. Acesso em 14 jun. 2022.

SIEBRA, S. A.; BORBA, V. R.; LIMA, M. G.; MIRANDA, M. K. F. O.; TAVARES, L. L. L.; OLIVEIRA, J. N. N. Curadoria digital: além da questão da preservação digital. **Anais[...]** Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185246>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SILVEIRA, F. J. N. da. (2010). Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, 15(3), 67-86. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22695/18279>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Org). **Teoria e método de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SCHWARCZ, L. M.; COSTA, A. M. da; AZEVEDO, P. C. de. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

UNESCO. **Carta sobre a Preservação Digital**, 2003. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq\\_carta\\_preservacao\\_patrimonio\\_arquivistico\\_digital.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf). Acesso em: 15 Jun. 2023.

VÁZQUEZ, Irene 1995 "Legislaciones y patrimonio intangible", en Jesús Antonio Machuca, M. A. Ramírez e Irene Vázquez (eds.), *El patrimonio sitiado: el punto de vista de los trabajadores*, México, **INAH**, pp. 95-114.

YAMAOKA, E. J. (2012) Ontologia para mapeamento da dependência tecnológica de objetos digitais no contexto da curadoria e preservação digital. **AtoZ**, Curitiba, 1 (2), p. 65-78, jan./dez.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais são as políticas e estratégias para garantir a preservação acesso e a reprodução no Portal Brasileira?
2. Como é mantida a autenticidade dos documentos natos digitais e digitalizados?
3. Existem modelos estruturais, como adoção de padrões, elaboração de normas, formação de consórcios, metadados de preservação e montagem de infraestrutura que norteiam a preservação digital do portal?
4. Existem modelos operacionais, como conservação de software/hardware, microgeração de suporte, preservação de conteúdo, conversão de formatos e emulação que norteiam a preservação do portal?
5. Como é o processo de preservação digital no portal de curadoria?
6. Qual política de preservação digital norteia o portal de curadoria?
7. Qual aparamento tecnológico é utilizado para o desenvolvimento da curadoria?
8. Existem questões sobre obsolescência tecnológica e falhas de mídias que tenham comprometido a coleção de curadoria ou possam no futuro?
9. Como é estabelecida a curadoria digital na coleção?